

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

26.^a Reunião
(8 de março de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (Emídio Guerreiro) declarou aberta a reunião às 18 horas e 14 minutos.

Procedeu-se à audição do Prof. Dr. António do Pranto Nogueira Leite (ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos), que, após uma intervenção inicial, (a) respondeu às questões colocadas pelos Deputados Adão Silva (PSD), João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 50 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 18 horas e 14 minutos.

Começo por dar as boas vindas ao Sr. Prof. Dr. António Nogueira Leite, recordando só que esta audição resulta de uma iniciativa do Partido Socialista, que mereceu o acolhimento de toda a Comissão.

Dava também nota de que o Sr. Professor irá fazer uma intervenção inicial, como está previsto no Regulamento. Pedia-lhe que tentasse seguir, o mais possível, o tempo indicativo dos 15 minutos que estão previstos. Poderá ver o tempo de que dispõe no relógio que está ali à frente.

Como já tive oportunidade de explicar ao Sr. Professor, teremos a possibilidade de fazer três rondas de perguntas, tendo cada grupo parlamentar, na primeira, 8 minutos, na segunda, 5 minutos e, na terceira, 3 minutos. A primeira ronda tem a particularidade de ser uma ronda onde existe a pergunta e de imediato a resposta por parte do Sr. Professor.

Penso que estamos em condições de iniciar, pelo que dou a palavra ao Sr. Prof. António Nogueira Leite, para fazer a apresentação inicial, que será também distribuída, tanto quanto sei, aos Srs. Deputados de imediato.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite** (ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É para mim um prazer corresponder à convocatória de VV. Ex.^{as} e comparecer perante esta Comissão de Inquérito para poder contribuir para os trabalhos da mesma e para a concretização dos objetivos que foram fixados.

Entrei para a Caixa Geral de Depósitos em julho de 2011, como Administrador e um dos dois Vice-Presidentes da primeira Comissão

Executiva liderada pelo Dr. José de Matos, tendo apresentado a minha demissão ao Presidente do Conselho de Administração a 19 de dezembro de 2012 e, conseqüentemente, de acordo com o Código Comercial, abandonado funções a 31 de janeiro de 2013.

De qualquer modo, a partir de 19 de dezembro deixei de participar ativamente no processo de decisão do banco, por vontade própria e porque, tendo sido tornada pública a demissão, cessaram, do meu ponto de vista, as condições necessárias para um exercício pleno de funções.

Nesse período, para além da óbvia responsabilidade que partilhava com os meus colegas, tive responsabilidades diretas, nas seguintes áreas: Direção Central de Planeamento e Controlo de Gestão, Direção Central de Risco, com exceção do risco de crédito, que esteve sempre, nesse período, sob a competência direta do *Chief Executive Officer*, Dr. José de Matos, Direção de Consultoria e Organização, Direção Central de *Marketing*, Gabinete de Estudos e a parte comercial da atividade da Direção de Comunicação. A parte da comunicação institucional estava a cargo dos dois Presidentes.

Entre julho de 2011 e dezembro de 2011, fui Presidente não executivo da área de *leasing* e *factoring* (CLF) e responsável pela área de gestão de ativos, embora nunca tenha querido assumir a presidência da CGA (Caixa Geral de Aposentações).

Entre janeiro de 2012 e março desse ano, fui responsável pelos primeiros passos da Direção de Acompanhamento Empresarial e, de 28 de março de 2012 até à minha demissão, substituí o Dr. Jorge Tomé nas áreas de banca de investimento e capital de risco.

Quando a Comissão Executiva de que fiz parte chegou à Caixa, eram ainda muito relevantes os efeitos da reação da banca nacional à crise financeira de 2008 e, no imediato, as implicações para o banco da

condicionalidade que os credores institucionais tinham acabado de impor a Portugal.

A 17 de maio de 2011, assistiu-se à assinatura do MoU (Memorando de Entendimento) entre o Estado português e o conjunto formado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que definiu as condições do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) do País.

O referido Memorando definiu também, como é bem conhecido, orientações específicas para o setor financeiro português e, em particular, para a Caixa.

Os bancos portugueses tiveram de preparar planos de financiamento e de capital, trimestrais, tendo em vista o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no PAEF.

Por outro lado, e correspondendo às exigências que a evolução do setor financeiro vinha registando, o novo Conselho de Administração introduziu um novo modelo de governação, que se traduziu na nomeação de sete Administradores executivos e quatro não executivos — no Conselho a que pertenci.

A empresa passou também a ter uma Comissão Executiva e, adicionalmente, uma Comissão de Auditoria e outra de Planeamento Estratégico, estas últimas integrando apenas Administradores não executivos — no caso da Comissão de Auditoria, o Prof. Paz Ferreira, como Presidente, e como vogais, o Prof. Álvaro Nascimento e o Dr. Pedro Rebelo de Sousa —, para além do novo modelo de governo da sociedade escrupulosamente posto em prática, logo desde o início, nomeadamente através do funcionamento independente e sem quaisquer interferências ou presença de administradores executivos da Comissão de Auditoria, cuja atuação e relatórios são conhecidos.

Aliás, sabendo dos contactos diretos entre o acionista e a Comissão de Auditoria, nunca soube quando se realizaram ou o que neles se passou, nem conheci os relatórios que, sobre a questão do crédito, essa Comissão fazia e entregava diretamente ao acionista. Como vimos recentemente na vinda do Sr. Inspetor Geral de Finanças, foram vários os relatórios entregues sobre essa matéria e dos quais não era dado conhecimento nem à Comissão Executiva, nem ao Presidente do Conselho de Administração, que não era membro da Comissão de Auditoria.

Por outro lado, para além do papel reconhecido ao acionista na lei societária e nas boas práticas de governo corporativo, foi norma assinalar adequadamente quaisquer interações com o acionista nomeadamente as de carácter não estratégico.

Finalmente, pela sua importância no funcionamento do Grupo, gostaria de salientar a iniciativa que foi tomada de transformar as principais direções centrais do banco em verdadeiras direções corporativas, com responsabilidades diretas, hierárquicas e funcionais sobre a Caixa, individualmente considerada, e, funcionais, sobre as entidades controladas pela Caixa, em Portugal e no exterior.

Esse projeto foi desenhado em 2011/2012, concretizado em 2012 e terminado em 2013 e permitiu não só o estabelecimento de políticas devidamente coordenadas em áreas como o planeamento, o *marketing*, a gestão de pessoal, a gestão de risco, como também um maior controlo de gestão em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e que não estavam em vigor na Caixa até esse momento.

O Grupo Caixa foi abrangido pelo Programa Especial de Inspeções e foram conhecidos os resultados relativos à avaliação das carteiras de crédito e à revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios. Os primeiros foram divulgados pelo Banco de Portugal a 6 de dezembro de

2011, enquanto que os da terceira vertente do SIP (*Special on-site Inspection Program*) foram divulgados em março de 2012.

Neste contexto, foi definido que os grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress-test* da EBA (*European Banking Authority*) deveriam reforçar os respetivos níveis de capitalização de modo a atingir, até 20 de junho de 2012, um rácio *Core Tier 1* de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana detidas em 30 de setembro de 2011. O Banco de Portugal determinou a sujeição do Grupo Caixa ao cumprimento da recomendação da EBA e solicitou a elaboração de um plano de capital para o efeito.

O Estado, acionista único da Caixa, aprovou em deliberação unânime, por escrito, tomada em 24 de novembro de 2011, um aumento do capital social de 100 milhões de euros, através da emissão de 20 milhões de novas ações, com valor nominal de 5 € cada, realizado pela incorporação de reservas disponíveis no banco.

O Estado, acionista único da Caixa, com o objetivo de cumprir as metas do PAEF e as exigências da EBA, aprovou em 27 de junho de 2012, o Plano de Recapitalização num montante total de 1650 milhões de euros, dos quais 750 milhões integralmente realizados em numerário e 900 milhões em obrigações contingentes que eram elegíveis para efeitos de *Core Tier 1*. Este aumento de capital foi considerado ajuda de Estado pela Comissão Europeia.

Como já foi referido, aquando da sua visita a esta Comissão, pelo Sr. Dr. José de Matos, é inequívoco que, nos últimos anos e, em concreto, incluindo o período em que exerci funções na Caixa, esta cumpriu permanentemente todas as exigências em matéria de capital e liquidez e cumpriu integralmente as exigências que o MoU do PAEF previa explicitamente para a instituição — desalavancagem, que foi substancial, e alienação das participações financeiras não estratégicas —, com

acompanhamento regular por parte dos representantes dos credores oficiais do País.

Na sequência da recapitalização, considerada ajuda de Estado, o Estado assinou com a Direção-Geral de Concorrência da União Europeia um Programa de Reestruturação que impunha exigências à Caixa mas que já só foi aprovado após a minha saída. Tal decisão, perfeitamente legítima, coube, como, aliás, já foi aqui referido pelo Dr. José de Matos, integralmente ao acionista e foi determinada, certamente, não só por fatores inerentes à realidade ao tempo conhecida da CGD e do que então se perspetivava pudesse ser o seu futuro, como também por fatores mais amplos e alheios à Caixa mas não ao seu acionista e sobre os quais apenas poderei especular.

Releve-se ainda a pequena dimensão da linha de capitalização bancária inscrita no MoU com a troica e que refletia a visão desta sobre as necessidades do sistema e a possibilidade de financiamento. Esta visão foi aceite, nas circunstâncias que se conhecem, pelo Governo de Portugal em abril de 2011. A este propósito, relembro as declarações do Sr. Governador do Banco de Portugal já em janeiro de 2016 quando disse: «A via seguida no programa de ajustamento foi uma via diferente da Espanha e da Irlanda por razões que tinham a ver com o nível de endividamento público, que não permitiu seguir outra via».

Porém, na altura, para a gestão da Caixa, tal significava a impossibilidade de mobilizar meios que permitissem, de uma vez, na minha perspetiva, reestruturar profundamente o banco e eliminar com rapidez os efeitos dos constrangimentos herdados sobre o balanço e a conta de exploração, fazendo face, nomeadamente, ao cenário desfavorável de taxas de juro.

Também a Caixa teve, portanto, de prosseguir uma abordagem gradualista, como, aliás, aconteceu com a generalidade dos bancos portugueses. Não foi, por outro lado, uma especificidade portuguesa,

correspondendo, sim, ao pensamento dominante que, na altura, tinham o Banco Central Europeu e a própria Comissão Europeia.

Sendo hoje particularmente fácil — porque é um comentário *ex post* sobre factos entretanto decorridos e estudados — opinar sobre a dimensão do aumento de capital e a sua adequação à posterior evolução dos indexantes e da própria economia, iria, e deixarei a apresentação mais larga, mostrar o que eram as minhas convicções informadas em momento próximo do aumento de capital que referi há pouco.

Portanto, peço autorização ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados para mostrar algo que foi por mim apresentado numa reunião de quadros e presidentes de participadas da Caixa no dia 30 de agosto de 2012 e que será distribuída na íntegra — tenho aqui apenas um resumo das partes mais importantes.

Um primeiro aspeto que era relevante nesta minha apresentação era que o montante de ajuda estatal era relativamente pequeno, por comparação com os exemplos que entretanto existiam.

O que os Srs. Deputados podem ver (*Slide 1*) é que a Caixa é a coluna da direita e à esquerda temos situações como a da caixa do Estado da Baviera, do Dexia, do KBC, do Commerce Bank, do LLoyds, que é o 5.º. Temos o apoio em percentagem dos *Risk Waited Assets* dos bancos portugueses que foram, na altura, apoiados, o BPI, o Millenium BCP e, depois, a Caixa. O que significa que em percentagem de *Risk Waited Assets* esta capitalização da Caixa foi relativamente reduzida por comparação com a dos demais bancos, nomeadamente os portugueses.

Outro aspeto que era muito preocupante na altura era o perigo que existia de uma evolução dos indexantes muito desfavoráveis. Isto na Caixa, mais do que nos outros bancos, é muito importante em termos da carteira de crédito hipotecário.

A Caixa tinha, na altura, uma carteira de crédito hipotecário de aproximadamente 34 000 milhões de euros, com um *pricing* que era muito baixo, porque os *spreads* eram relativamente baixos. Quando o indexante baixa, o que acontece é que os proveitos, em termos da margem financeira da Caixa, tornam-se muito baixos, por comparação com os custos que a Caixa não pode deixar de ter.

Portanto, a Caixa foi um banco muito afetado. Vemos ali (*Slide 2*) nos anos anteriores, o que é que acontecia à margem financeira da Caixa quando o indexante variava.

A nossa grande preocupação, minha, em concreto, nessa altura, era o que temos ali (*Slide 3*) em três linhas: a verde, a projeção de curva do Banco de Portugal para o cenário de *stress*; a vermelho, uma revisão anterior, portanto, mais favorável para a Caixa, com indexantes mais elevados no futuro, e o que verificamos a azul é que três meses depois de o Banco de Portugal ter produzido a curva a verde, a curva de futuros dava-nos a curva azul. Isto significava que o afundamento dos indexantes estava a ocorrer mais rápido do que aquilo que era a nossa previsão, com reflexos importantes na Caixa como vamos ver a seguir.

Outro aspeto que era importante — que será também distribuído aos Srs. Deputados (*Slide 4*) — é que a conta de exploração da Caixa como estava, antes de imparidades, gerava prejuízo. Isto, em grande medida, por causa do crédito hipotecário da Caixa.

Podemos ver o crédito hipotecário da Caixa como uma subsidiação para as famílias que eram devedoras da Caixa nesse tipo de crédito, porque a Caixa tinha, de facto, um *pricing* médio bastante mais baixo do que a generalidade dos outros bancos, o que tem a ver com a sua natureza de banco público e com aquilo que era a perspetiva que então se tinha de um banco público. Portanto, havia que reestruturar.

Havia várias áreas de atuação prioritária (Slide 5), e não vou demorar muito tempo, mas gostaria de dizer que não são muito diferentes daquilo que tem saído na imprensa e que eram os objetivos do plano do Sr. Dr. António Domingues. Portanto, estamos a falar em aumentar o crédito das empresas (Slide 6), escolher bem as empresas, reforçar PME, definir taxas em linha com o risco, intensificar a margem complementar, nomeadamente olhar para algo que é pouco simpático mas que é fundamental para a sobrevivência da Caixa autonomamente, que tem a ver com as comissões nos vários serviços que a Caixa presta.

Depois, algo que também nos preocupava (*Slide 7*), e me preocupava muito na altura, era constituir carteiras de clientes com risco de crédito potencial com acompanhamento por elementos dedicados, porque uma evolução não tão favorável da economia — e, nessa altura, as revisões não eram feitas em alta — iria ter consequências sobre as empresas e, portanto, sobre a contraparte que era a Caixa Geral de Depósitos.

Tínhamos aqui (Slide 8) duas questões que eram a reposição legítima, e que era uma grande pretensão dos funcionários e quadros da Caixa, dos subsídios de férias e de Natal que tinha um impacto de 50 milhões, como aconteceu, e a margem financeira, por cada 50 pontos base, caía 250 milhões de euros. Essa era a previsão que, na altura, fazíamos. Eram previsões do Departamento de Planeamento da Caixa.

Portanto, uma evolução desfavorável dos indexantes iria ser muito difícil para a Caixa, que, por sua vez, tinha um aumento de capital que não lhe permitia uma reestruturação significativa.

O que deixei na altura como balanço para os principais quadros da Caixa (*Slide 9*) é que tínhamos um balanço muito rígido que iria obrigar a uma pressão grande sobre os custos e que esperávamos a continuação de marcação, diria, quase impiedosa de imparidades pelo menos nos dois anos seguintes — que continuou ainda mais. Reparem que isto era a informação

que tínhamos no verão de 2012 e, portanto, havia uma noção clara de que tínhamos, de facto, uma tarefa muito difícil pela frente.

Se, Sr. Presidente, puder contar com a sua benevolência, queria só referir um aspeto, porque na altura foi falado nos *media* e, até agora, em termos públicos, não falei sobre ele.

É público e notório que, antes de ir para a Caixa Geral de Depósitos, era um alto quadro do Grupo José de Mello. Aconteceu que, quando fui convidado, me demiti desse Grupo. Não sou pré-reformado, futuro reformado, não tenho planos de complementos de reforma, não tenho, nem terei assistência na saúde. Portanto, foi uma relação de corte absoluto.

Achei que era importante, porque quem lidera tem de ganhar a liderança, ir mais além do que aquilo que a lei impunha e o que fiz foi não participar em nenhuma das operações que tivessem a ver com o Grupo José de Mello. Isso consta, aliás, das atas do Conselho Alargado de Crédito, onde ou, pura e simplesmente, não estou ou aparece a menção de que o Vice-Presidente fulano de tal não esteve presente na discussão e deliberação. E não estar não significava ficar calado na sala a ver o que é que acontecia, significava que não estive fisicamente na sala. Saía e, depois, pedia que me chamassem.

Poderão verificar isso, se tiverem acesso à informação, nas atas n.ºs 31, 32, 33, 35, 38, 40, 43, 45, 46 e 47 de 2011, e n.ºs 3, 4, 7, 8, 9, 11, 17, 19, 20, 21, 24 e 28, 30, 40, 41, 44, 45 e 48 de 2012. Isto consta das atas. É demonstrável por todas as pessoas.

Uma voz do PSD: — Não temos as atas!

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite:** — Não têm mas poderão vir a ter.

Essencialmente, estive calado durante as mais variadas circunstâncias, mas achei que perante esta Comissão tinha a obrigação de esclarecer isto que, para mim, é um ponto muito importante. Não só não tinha nenhum laço, como fiz questão de ir além da lei e não participar em nenhuma dessas decisões.

Portanto, era com isto, Sr. Presidente, que terminava a minha intervenção inicial.

O Sr. **Presidente**: — Agradecemos todos, com certeza, a informação dada. Penso que já foi distribuído o documento.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Eu tenho também aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo em papel para cada um dos grupos parlamentares?

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Tenho um para cada grupo. São seis, não é?

Peço desculpa, porque a minha primeira intervenção foi mais curta do que aquela que ali estava projetada para caber no prazo dado, que, entretanto, tive de exceder.

O Sr. **Presidente**: — Penso que estamos em condições de prosseguir.

Pela rotatividade que está estabelecida, cabe hoje ao PSD iniciar a primeira ronda. Assim sendo, daria a palavra ao Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Prof. Dr. António Nogueira Leite e os colegas Deputados.

Começo por fazer um ponto prévio: confiamos na sua palavra, sabemos que é um homem de honra. Muito gostaríamos, no entanto, para que não houvesse dúvida nenhuma, de ter acesso às tais atas que o senhor já aqui referiu em abono da sua verdade — e supomos que é uma verdade incontroversa, real — porque, infelizmente, até ao momento, não tivemos acesso a elas.

Esperamos esse bom augúrio, ou seja, que, de facto, como disse, venhamos a ter acesso a essas atas para que estes factos, e outros, possam ser tirados a limpo e possamos ficar absolutamente sem nenhuma dúvida.

Sr. Professor, não lhe vou colocar a questão sobre o seu convite para a Caixa Geral de Depósitos, mas vou perguntar-lhe o seguinte: o senhor abandonou as suas funções como Vice-Presidente da Comissão Executiva antes do fim do seu mandato. Porquê? Por que é que o senhor abandonou as essas funções antes do fim do seu mandato?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, esperava que a principal razão tivesse ficado clara da minha intervenção.

Não posso especular sobre por que razões é que o aumento de capital teve a dimensão que teve, mas ele inviabilizava que qualquer equipa de gestão presciente, na altura, admitisse, nos anos seguintes, a possibilidade de realizar resultados positivos.

Cumpre, além disso, dizer que tínhamos uma política de não comunicação, que respeito, da parte dos Srs. Presidentes, e rapidamente iríamos ficar com o ónus daquilo que era a situação que enfrentámos. Acho que, do ponto de vista profissional — e estive lá como profissional e em nenhuma outra condição —, não era uma situação que considerasse interessante.

Foi por isso que, quando saí da Caixa, tive de ir à procura de emprego. Foi exatamente porque achei que, do ponto de vista profissional, não era adequado enfrentar uma situação sem os instrumentos necessários e os instrumentos necessários teriam sido mais capital. Esse foi, digamos, o ponto central.

Não discuto por que é que não houve mais capital. Não estou a dizer que... Não sei o que se passou acima.

Sei também, das reuniões que tínhamos, que havia sempre uma grande dificuldade de fazer entender as necessidades dos bancos portugueses por parte das entidades europeias. Mas o que é facto é que, como, aliás, julgo que transparecia daquilo que, na altura, comuniquei aos principais dirigentes da Caixa, os anos seguintes iam ser anos muito difíceis e, francamente, achei que, do ponto de vista profissional, não tendo eu nenhuma ligação a nada nessa altura, não poderia correr o risco de estar a fazer um trabalho extraordinariamente difícil em que não poderia, sequer, explicar por que é que os resultados eram os maus resultados que eram.

Portanto, decidi que mais valia correr o risco de dar um salto no escuro, e foi o que fiz.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Professor, isso leva-me a uma segunda pergunta, que é esta: afinal, qual era a estratégia do Governo de então para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, a estratégia, o que nos era comunicado, era algo muito simples: primeiro, era estabilizar a liquidez da Caixa.

Repare, não nos podemos esquecer que entrei para a Caixa em julho de 2011. Portugal tinha os mercados fechados, não havia nenhum banco português que tivesse acesso quer aos mercados interbancários, quer aos mercados de obrigações.

Devo dizer que fiquei muito triste porque ouvi sempre muitas pessoas a dizer que os grandes profissionais estavam fora da Caixa, mas a Caixa foi o primeiro banco português a fazer uma emissão em mercado após o MoU, assinado em 2011. E fê-lo no último trimestre de 2012, antes de bancos geridos por pessoas, certamente, muito melhores do que nós, como, por exemplo, o BPI. Fomos o primeiro e fizemos isso muito antes da operação de *swap* da República, etc.

Mas, a nossa situação, primeiro, era de sobrevivência, depois, era a aplicação do Memorando de Entendimento. Tínhamos uma monitorização muito apertada por parte da troica — nós e todos os outros bancos —, em termos do plano de capital e financiamento. Tínhamos de reduzir o grau de desalavancagem, que, na Caixa, estava em mais de 120% e fizemo-lo chegar a níveis que, aliás, neste momento, são extraordinariamente baixos, até talvez baixos demais. Chegámos aos 100% de rácio entre depósito e crédito pouco depois de eu ter saído.

Tivemos, como todos os outros bancos, de mobilizar as equipas internas para um escrutínio permanente, que aconteceu nos vários exercícios com a ajuda, no caso da Caixa, do Millenium e julgo que também, talvez, do BES, da Pricewaterhouse, com as várias auditorias especiais a que fomos sujeitos pela troica. Tivemos como executante no terreno essa empresa.

A única coisa que o Governo nos dizia era: «Aguentem o barco e, basicamente, tentem fazer com que a economia não caia, tentem não cortar o crédito às empresas e manter algum fluxo de crédito».

Devo dizer que o principal debate estratégico que tínhamos era a explicação que íamos dando em reuniões que se faziam entre o Sr. Presidente executivo e o Sr. Presidente não executivo, eu e o outro Vice-Presidente, o Dr. Norberto Rosa, com o Ministro, o seu Chefe de Gabinete e a então Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, exatamente sobre a situação de que não podíamos dar crédito a empresas que já não o mereciam e não podíamos tornar ainda mais difícil a situação da Caixa em termos de imparidades futuras.

Portanto, não havia um grande plano estratégico que não fosse manter a economia a funcionar e aguentar o banco, fazendo, na medida do possível, as alterações que permitissem a sua sobrevivência.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, tem a palavra.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — O Sr. Professor fala-nos da grande pressão que havia na vossa gestão por parte do Memorando de Entendimento e da troica, mas também nos foi deixando divisar algumas questões internas da própria Caixa, se bem entendi, a nível, nomeadamente, de empresas, de créditos em incumprimento que os senhores, por certo, foram encontrando.

Queria justamente focar-me nesse aspeto, ou seja, em problemas encontrados quando os senhores chegaram à direção do banco, particularmente ao nível de créditos concedidos, muitas vezes avultados — avultadíssimos, mesmo —, e que estavam em claro e manifesto incumprimento. Quer falar-nos sobre essa matéria, Sr. Professor?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Como o Sr. Deputado sabe, estou obrigado ao sigilo bancário e, como a decisão judicial do Tribunal da Relação de Lisboa não está transitada em julgado, não quero correr o risco de ser processado pelos meus colegas que atualmente gerem o banco ou pelo regulador, mas poderei dizer alguma coisa sobre isso, em termos gerais, sem violar o sigilo bancário.

O primeiro aspeto é que aquilo que encontrei na Caixa não foi diferente daquilo que as outras pessoas encontravam na generalidade dos bancos.

Devo dizer que a Caixa tinha um problema que a maior parte dos bancos não tinha, uma carteira muito grande de crédito hipotecário, que, como disse, em 2012, em meados do ano, chegou a 34 000 milhões de euros, que, antes de imparidades, gerava perdas na ordem das centenas de milhões de euros. Esse era um primeiro aspeto que era um problema específico da Caixa e não íamos, na situação em que estava o País — não podíamos nem devíamos —, alterar as condições contratuais.

Tínhamos era a consequência, na Caixa e em todos os outros bancos, de práticas bancárias anteriores, não só em Portugal, mas estamos a falar do caso português, em que muitas operações que tiveram crédito na Caixa, no BES, no Millenium, no Montepio, numa série de outros bancos, antes de 2011 e das alterações que foram acontecendo na regulação ao longo deste período, não aconteceriam hoje.

Mas isso é um problema crónico da economia portuguesa e de empresários sem capital que se apresentam aos bancos em situações que, na altura, eram financiadas e que, hoje em dia, pura e simplesmente, não teriam financiamento.

Quando a economia aperta... Repare que isto não começou com a troica, a economia portuguesa estava com dificuldades há algum tempo e houve um grande abanão em função da crise financeira de 2007/2008.

Dizia um antigo responsável do sistema financeiro, muito importante, que os bancos portugueses não tinham produtos tóxicos, mas os bancos portugueses eram a contraparte dos empresários portugueses e estes, infelizmente para o capitalismo nacional, sempre gostaram de ser empresários de capitais alheios. Quando a crise aperta, isso tem uma consequência nos bancos.

A Caixa tem um problema adicional aí, Sr. Deputado, que é o seguinte: como a sua tradição vem do crédito hipotecário e entra na cadeia de valor do crédito hipotecário, há uma tendência natural da rede e das direções da Caixa que é muito difícil. Imagino que, se calhar, outras pessoas, no passado, também não teriam feito muito diferente, mas havia este problema complexo na Caixa que era a tendência natural para o crédito à construção.

Depois, quando os construtores passaram a ser promotores imobiliários, a Caixa também foi atrás da promoção imobiliária destes senhores. A Caixa foi atrás, e os outros bancos portugueses também, de empresários do centro e do norte do País que, ao verem o *boom* imobiliário, decidiram ser promotores imobiliários, e algumas empresas do sector transformador no meu distrito, que é Aveiro, e nos distritos do Porto e de Braga sofreram muito pelas aventuras imobiliárias dos seus acionistas.

Ora, isto tem um efeito nos bancos, e Caixa sofreu, como todos os bancos portugueses, muito por isto. Ainda há pouco tempo, já esta semana, tivemos conhecimento dos resultados de um concorrente muito importante da Caixa — e estou a referir isto porque é informação pública e recente —, onde também vimos o grau de imparidade gigantesco que esse outro banco, que não é maior do que a Caixa, pelo contrário, foi registando ao longo deste período. Nessa informação, que, por acaso, foi trabalhada por pessoas que

vieram a esta Comissão antes de mim, poderemos ver, por exemplo, se olharmos para o total das imparidades, para a soma das imparidades, e se fizermos referência ao final de 2015, que há pelo menos dois bancos com muito mais imparidades do que a Caixa: o Millennium BCP e o, hoje, Novo Banco.

Portanto, sem particularizar muito e em função da pergunta que o Sr. Deputado teve a amabilidade de me fazer, o que posso dizer é que não encontrámos na Caixa uma situação diferente da que os meus colegas, noutros bancos, tiveram de enfrentar, em termos gerais.

O que eu encontrei na Caixa e que me surpreendeu — mas isso não é objeto desta Comissão e ninguém falou disso, mas é um pouco comum à banca — foi, do ponto de vista do controlo de gestão, que não tem a ver com a atividade de crédito, haver instrumentos muito rudimentares de controlo de gestão. Por exemplo, não havia capacidade de controlar em tempo real o que se passava no Banco em Angola, o que se passava em Macau, o que se passava em Espanha, e isto hoje em dia já se consegue fazer. Este era um aspeto que, infelizmente, tinha a ver com a imensa fartura que os banqueiros tiveram nos anos anteriores, ou seja, como ganhavam dinheiro muito facilmente, perdiam pouco tempo a criar instrumentos para controlar os seus bancos.

A Caixa teve lucros absolutamente fabulosos até à crise financeira 2007/2008. E, portanto, o que nós verificámos foi que no meio de toda essa pressão tivemos de criar esse instrumento, o tal modelo matricial de que há pouco falei, que permite aos meus colegas que lá estão hoje terem informação em tempo real muito maior do que aquela que eu e os meus colegas tínhamos quando lá cheguei.

Mas, do ponto de vista da situação, julgo que não era muito diferente daquilo que, infelizmente, os outros grandes bancos portugueses enfrentavam na mesma altura.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — O Sr. Professor falou-nos aqui do segredo bancário, e é de facto uma pena não podermos ter acesso à informação porque poderíamos tornar tudo isto muito mais claro e muito mais entendível para os cidadãos em geral, sobretudo para os cidadãos que são os donos últimos da Caixa Geral de Depósitos. Mas esperamos que os documentos que vão, obviamente, pôr a nu estas informações e tornar tudo isto muito mais claro sejam distribuídos a esta Comissão oportunamente.

Porém, esta questão não me inibe de lhe fazer uma pergunta.

O Sr. Professor falou da imensa fatura até 2007/2008, de contratos de gestão e de instrumentos muito rudimentares, de que a soma das imparidades era de facto altíssima e de que a carteira tinha perdas de centenas de milhões de euros, etc., etc. Pergunto: qual é exactamente o período que foi gerador deste tipo de situações terríveis de que estamos a falar e que o senhor foi encontrar na Caixa Geral de Depósitos? Por certo, isto não estará sujeito ao segredo bancário, digo eu.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Dr. António do Pranto Nogueira Leite.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, acho terrível esta situação a que o País chegou e que nós vivemos nessa altura. Na Caixa a situação não era nem mais nem menos terrível do que a dos outros lados.

Devo dizer que não conheço em detalhe a carteira dos outros bancos, mas houve uma prática, que se foi intensificando em Portugal (na Caixa, no Millennium e no BES mas também nos outros bancos, embora menos porque

eram mais pequenos), de conceder crédito em situações em que, basicamente, as garantias (e os bancos estrangeiros também o faziam com os empresários portugueses nessa altura) eram o penhor das ações.

Portanto, o empresário não tinha de fazer nada. O empresário tinha de ter crédito no banco, e, assim, o banco emprestava-lhe o dinheiro, punha ínfimos capitais próprios ou, em alguns casos, nenhuns — e esta não era uma situação exclusiva da Caixa, nem é uma situação exclusiva portuguesa, nós, na gíria, chamamos a isto *margin loans* — e o que é que acontecia? Acontecia que esses senhores empresários entregavam as ações como garantia, podiam ir pondo algum *cash* quando havia alguma «desmarginação» nesses empréstimos, mas, quando, a partir de 2006/2007, tudo cai por aí abaixo, a maior parte ou muitos desses créditos ficaram em incumprimento. Alguns dos empresários conseguiram pôr os capitais próprios, o que permitiu continuarem com as operações vivas e sem estarem em incumprimento, mas houve outros que não, houve situações que foram executadas. Eu, quando cheguei à Caixa, alguns devedores, que são famosos, conhecidos e mediáticos, estavam em pré-execução e, depois, foram executados, e, de alguma forma, alguns já tinham sido executados anteriormente.

O período, na banca, em Portugal e em Espanha, em que esses créditos atingiram a sua maior importância eu diria que foi de 2003 até 2006/2007, porque com a crise financeira toda a gente «travou às quatro rodas» e isso deixou de acontecer. Mas, como lhe digo, essa é uma prática portuguesa e de muitos outros sítios.

Já agora, e eu não sou advogado das pessoas que me precederam, aproveito para dizer que há um aspeto que me surpreendeu, porque nos últimos anos eu tinha estado do outro lado, e que, do meu ponto de vista, mostra que na atividade bancária se fala muitas vezes em empréstimos sem

garantias — enfim, poderá haver um ou outro — mas todos os empréstimos acima de um determinado nível na Caixa têm ou tiveram garantias.

Se me pergunta se as garantias eram suficientes, direi que não eram, mas se fossem suficientes em todos os bancos não haveria imparidades.

Devo dizer-lhe, por exemplo, que numa área que foi muito má para todos os bancos portugueses, que é a área da promoção imobiliária — e sem entrar em nenhuma operação em concreto —, a tipificação das operações, geralmente, dava três bancos: a Caixa era o banco que tinha as garantias hipotecárias; havia um segundo banco, que entretanto mudou de nome porque foi resolvido, que, em geral, tinha as segundas hipotecas e penhores de ações, penhores de sociedades instrumentais, etc.; e havia um terceiro banco que emprestava com base no conhecimento e na palavra.

Portanto, se formos ver quem tinha menos garantias no seu balanço não era a Caixa, porque era um banco público e porque os diretores da Caixa têm, como os senhores sabem, aquele sentimento, e felizmente que é assim, do sector público, de que «eu não quero ser apanhado numa situação mais difícil».

O que acontecia era que a Caixa entrava nessas promoções se tivesse as primeiras garantias, mas no grosso dessas operações, nas que eu conheço, naquelas que tive de analisar porque foi preciso executar, foi preciso refinar, foi preciso analisar para calcular a imparidade, a Caixa era sempre o banco com as garantias mais fortes. Não quer isto dizer que não se revelaram péssimos investimentos para a Caixa, o que estou a dizer é que o nosso problema não é o problema de uma Caixa péssima e de uns bancos privados ótimos, é um problema de todo o sistema financeiro, em Portugal, que funcionou muito mal até aos últimos anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva, para continuar a perguntar.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Um dos instrumentos políticos que na altura, por certo, não deixou de ter impacto — e queria ter aqui uma avaliação do Sr. Professor sobre o mesmo — foi o dos PIN, os célebres planos de investimento, que eram muito acompanhados e financiados pela Caixa Geral de Depósitos, e alguns desses projetos de investimento ruinosos têm sido citados pela comunicação social. Já percebi que o Sr. Professor não quer referir o nome desses investimentos malfadados que arrastaram milhões e milhões, mas pergunto: não considera que houve aqui, de alguma maneira, uma relação entre o Governo, por um lado, ao aprovar um PIN, e a Caixa Geral de Depósitos, por outro, ao financiar esse mesmo investimento, que depois deu o resultado que deu, desaguando nas situações de imparidade de que o Sr. Professor já foi falando?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Eu não estava na Caixa nesse período e o que disse a pessoa que na altura era Presidente, o Eng.º Faria de Oliveira, foi que, eventualmente, haveria umas sugestões, o que é normal. Eortanto, eu não vou desmentir em Comissão o Sr. Eng.º Faria de Oliveira, que era o presidente da Caixa entre 2008 e 2011.

Enfim, na Caixa não há, tanto quanto eu tenha visto, nenhuma referência dos Conselhos de Administração a esse tipo de eventuais indicações. E, portanto, para todos os efeitos, aquilo que quem chega à Caixa lê é que eram decisões do Conselho de Administração da Caixa, porque o Conselho de Administração da Caixa assumiu-os em pleno.

Se houve, se não houve... Repare, os PIN imobiliários correram todos mal, mas há PIN não eram imobiliários que correram bem. Eu não estava na Caixa nesse momento. No entanto, na documentação que a Caixa tem, e a

Caixa é muito cuidadosa na informação que guarda e à qual depois é possível ter acesso — e o regulamento de crédito também é bastante rigoroso, como já foi dito por colegas meus que me antecederam —, não há nenhuma nota por parte do Conselho de Administração relativamente a isso. Se houve, VV. Ex.^{as} têm de perguntar às pessoas que tomaram as decisões. Nós tínhamos de tratar desses créditos, de como acompanhar esses projetos, se refinanciávamos, se executávamos, como é que reforçávamos garantias... Eu não estive, nem eu nem a equipa à qual pertenci, na operação inicial de qualquer uma dessas operações. Quando cheguei à Caixa já não havia projetos PIN a lançar, já todos tinham sido lançados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Só uma observação prévia: é pena que os PIN que correram mal tenham sido realmente os mais ruinosos e que continuem a influenciar a situação financeira da Caixa Geral de Depósitos.

Mas, passando para outro tipo de perguntas, um pouco na decorrência da sua resposta, certamente que estas questões do passado foram corrigidas. Pergunto: como é que passou a ser concedido o crédito no tempo em que o senhor estava como Vice-Presidente da Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Em termos formais, da mesma maneira que anteriormente. Ou seja, a Caixa tem um regulamento de crédito em que, para operações relativamente pequenas, ele é feito por diretores centrais ou por diretores centrais e o administrador comercial — estou a falar de colegas meus que tinham as áreas comerciais, seja de particulares e de pequenas empresas seja de médias empresas, e há

duas, norte e sul, e a de grandes empresas. Mas a partir de uma certa dimensão eles iam a dois conselhos.

Se o devedor era pequeno e a operação era pequena — eu não tenho de cor os limites, mas estamos a falar de operações até poucos milhões —, o que é que acontecia? Acontecia que esses senhores eram tratados no Conselho de Crédito, e o Conselho de Crédito, para ter quórum, tinha de ter três administradores executivos da Caixa — e muitas vezes tinha mais do que isso, no tempo em que eu lá estive — e tinha todos os diretores diretamente envolvidos, mais o diretor central de risco, mais, quando era caso disso, a Caixa Banco de Investimentos, mais, quando era caso disso, a CLF (Caixa Leasing e Factoring) e, quando eram créditos de fora, às vezes, tinha, em conferência telefónica, Macau, ou Brasil, ou Espanha, ou o que fosse.

Para operações de crédito de dimensão maior e para credores grandes, mesmo que as operações fossem ínfimas — e às vezes havia situações em que era só manter o que já estava, era só confirmar que a linha de crédito era aquela e não outra e, portanto, não havia sequer variação de exposição —, ou para uma situação que poderia ser, hipoteticamente, de acordo com o regulamento, de um crédito de 200 000 € mas em que o credor fosse significativo, fosse um dos 50 ou dos 100 maiores, estas operações tinham de ser analisadas em Conselho Alargado de Crédito.

O Conselho Alargado de Crédito funciona rigorosamente como o Conselho de Crédito, com a diferença de que tem de ter pelo menos quatro administradores para ter quórum. Portanto, era esse o procedimento e isso vinha já detrás.

O que lhe posso dizer — não sei o que se passou no passado nem o vou comentar — é que às vezes era referido, e os diretores apreciavam muito, o respeito que nós tínhamos pela Direção Central de Risco e que o administrador com a tutela do risco de crédito, que era o Sr. Presidente, Dr.

José de Matos, nunca, em circunstância alguma, tivesse conversas com o Risco antes de este dar a sua opinião. Isso era referido pelos diretores da Caixa, quer pelos comerciais, quer pelos do Risco, como algo que eles apreciavam, ou seja, eles apreciavam esta boa prática enquanto lá estive, que estou convencido que depois, com a mesma equipa e com a equipa que se lhe seguiu, se manteve.

Portanto, havia uma grande autonomia do Risco, o que não quer dizer que, na discussão, não pudéssemos tomar decisões que não eram exatamente as propostas do Risco. Para isso, acabávamos com o conselho de administração do banco e tornávamos o diretor de risco o conselho de administração e a comissão executiva!...

Agora, não havia interferência nas decisões de Risco e, regra geral, as decisões de Risco eram tidas em conta — e quando digo regra geral é mesmo regra muito geral, em muito mais de 90% das situações — na decisão final, onde os principais responsáveis eram os administradores mas onde estavam os diretores envolvidos, os diretores jurídico e de risco, e, enfim, os nossos consultores internos, que era, geralmente, a Caixa Banco de Investimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Professor, gostava que esta matéria fosse bem sistematizada.

V. Ex.^a diz que, do ponto de vista formal, enquanto o senhor lá esteve, o mecanismo de atribuição do crédito era exatamente igual ao dos tempos do descalabro que se verificou anteriormente. Mas certamente havia aspetos diferentes, havia comportamentos diferentes, havia aspetos substantivos diferentes que, por certo, evitaram que o descalabro do passado se repetisse durante o tempo em que o senhor lá esteve.

Gostava que o senhor deixasse bem claro esses aspetos que constituem as pequenas diferenças que, no fundo, resultam em grandes impactos virtuosos, supõe-se, pelo menos, para a gestão da Caixa. Gostava que sistematizasse exatamente aquilo que distingue — já que formalmente era tudo igual — e dá virtude, no seu ponto de vista, a esta atribuição do crédito durante o tempo em que os senhores lá estiveram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, percebo perfeitamente a intenção e o nexo da sua pergunta mas eu não estava na Caixa antes de lá ter chegado e, portanto, não posso falar sobre se havia ou não procedimentos diferentes na prática. Percebo-o, mas isso só as pessoas que tomaram as decisões é que podem dizer. Formalmente, por aquilo que víamos, não havia, como noutros bancos, decisões com o rabisco de um administrador, não havia decisões com o rabisco de dois administradores, as decisões eram tomadas no sítio certo.

Para lhe dar uma ideia, repare que as atas do Conselho Alargado de Crédito são atas que, em regra, têm 100 páginas ou mais. Essas atas têm algo que nós tratávamos com alguma displicência, que são as folhas de presença, basicamente, e têm o elenar das operações que estão feitas, quem são os administradores que estão, mas depois existe toda uma informação aprofundadíssima. Normalmente, eu gastava a tarde e a noite do dia do Conselho de Crédito a estudar, e os meus colegas que tinham as áreas comerciais ainda as estudavam mais, e, entretanto, tinham debatido com os seus colegas, com os diretores. Portanto, tínhamos toda a informação — a informação do risco, as decisões anteriores, o grau de exposição, quais as garantias — do ponto de vista do que era necessário para a substância, com certeza. Se perante uma boa substância as pessoas têm uma decisão pior...

Repare que o grande problema que tínhamos era as pessoas acusarem-nos frequentemente de tomarmos poucas decisões. Lembro-me — e VV. Ex.^{as} também, ou pelo menos os estavam nessa altura no Parlamento — que o Sr. Presidente não executivo e um dos meus colegas com responsabilidade na área comercial tiveram de vir cá explicar por que é que não davam crédito a uma determinada operação, porque, entretanto, tínhamos decidido executar o aval ao grande empresário que achava que na Caixa os avales não eram executados, mas eram, independentemente do empresário. Se eu estava a executar aos pequenos não tinha moral para não executar ao grande e, portanto, ele foi executado.

O que acontece aqui é que posso dizer que a banca funcionava mal e a Caixa não funcionava melhor. Tomaram-se muitas decisões que hoje em dia nenhum banqueiro tomaria, em que nenhum bancário participaria. Estou 100% de acordo! Agora, havia pelo menos cuidado formal.

Posso fazer um juízo de valor sobre se teria feito aquela operação, mas aqui não sou juiz, aqui sou depoente e, por outro lado, o que se passa também, e é importante, é que o que fizemos, basicamente, foi sermos extraordinariamente rigorosos, termos muito cuidado e tivemos pressões permanentes. Se for ver a imprensa havia sempre muitos desabafos de pessoas porque a Caixa tinha deixado... Houve até uma situação caricata, estava eu lá há pouco tempo, em que uma pessoa, que eu até conheço, veio para a televisão dizer: «mas não me dão crédito e o Governo não é capaz de mandar naquela gente?!»

A expectativa da população e dos Srs. Empresários não era adequada e, portanto, a grande crítica que tivemos foi que fizemos pouco crédito.

Devo dizer que havia uma situação de que nos apercebemos. A situação era muito difícil, a confiança era muito baixa — não nos podemos esquecer que estávamos sob resgate e que isso é muito diferente da situação que, felizmente, o País está a viver neste momento —, na banca a pressão

era muito grande, mas o que posso dizer, e, na altura, achei que era bastante interessante, é que havia, do ponto de vista da estrutura da Caixa, uma grande vontade de acertar passo e todas as informações que eram pedidas eram dadas com grande transparência à Administração. Nunca houve da parte de pessoas que estiveram na Caixa anteriormente, nas mais diversas posições, qualquer menor lealdade ou colaboração connosco.

Portanto, nesse sentido, o mundo mudou, o País mudou. O mundo mudou no sistema financeiro, o País mudou porque estava sob resgate e estava numa situação económica e financeira difícil e todos os bancos passaram a comportar-se de uma forma diferente.

Por outro lado, tínhamos um problema muito grande: havia projetos que podíamos achar que tinham algum interesse mas não podíamos fazer empréstimos com maturidades suficientemente grandes. Não os conseguíamos financiar adequadamente pois as maturidades, pelo lado das nossas fontes de crédito, encurtaram-se bastante nesse período — depois, felizmente, voltaram a alargar-se — e, por outro lado, os Srs. Empresários continuavam sem capital. Como é que posso, numa situação de mais risco, dar crédito quando o promotor não se chega à frente com o que é dele, ou seja, aquilo que os anglo-saxões dizem, com alguma graça, *put some skin in the game?* Eles não punham *skin in the game* e, portanto, não podíamos dar crédito!

Portanto, havia essa crítica, até de pessoas que eram próximas do Governo que me encontravam e diziam: «mas os senhores não fazem nada». Eu dizia «não, nós tentamos aguentar o banco; agora, não vamos dar crédito em situações em que os Srs. Empresários não poem o seu próprio capital.» E isso era verdade então, é verdade agora e vai ser verdade no futuro, enquanto várias gerações se lembrarem do que foi a banca nos anos 90 e até à crise financeira. Mas acho que as práticas displicentes de concessão de crédito de toda a banca na maior parte dos países, e em Portugal de toda a

banca mesmo, vão alterar-se significativamente, e alteraram-se, felizmente, até hoje.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Professor, agradeço-lhe muito a sua intervenção porque ela dá-nos respostas não àquilo que eu tinha perguntado mas a uma série de outras perguntas que eu faria e assim já me poupou, nomeadamente quanto àquela exclamação que aqui quis citar do empresário, quando ele disse, certamente irado, que «o Governo não manda naquela gente». É que a minha pergunta é se era mesmo verdade que o Governo não mandava naquela gente, sendo que aquela gente era, nomeadamente, V. Ex.^a.

Outra questão é relativa ao facto de os empresários não apostarem a sua própria pele no investimento. É que agora, pelos vistos, quem vai ter de pagar «com pele e unto», como dizem na minha terra, vão ser, obviamente, os cidadãos portugueses, que vão pôr lá dinheiro para recapitalizar a Caixa.

Mas queria ainda fazer aqui uma consideração, que é a seguinte: de facto, que pena não termos as atas do Conselho Alargado de Crédito, porque, se as tivéssemos, íamos realmente constatar que, embora do ponto de vista formal, como o senhor disse, os mecanismos fossem exactamente, ou grosso modo, os mesmos nos tempos em que o descalabro se deu e nos tempos em que os senhores estavam a tentar recompor o equilíbrio da Caixa, há de facto pequenos aspetos. O Diabo está mesmo nos detalhes, está nos pormenores e seria muito interessante ver como é que afloravam estes vários diabos e estas várias tentações. Para citar a expressão do célebre arquiteto Mies van der Rohe, «o Diabo está de facto nos detalhes».

Sr. Professor, aquilo que neste momento queria perguntar-lhe era se estas reuniões do Conselho Alargado de Crédito eram gravadas ou não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Nunca me apercebi que fossem gravadas. Havia atas. Estavam lá todas as pessoas. Aquilo não é uma Comissão de Inquérito, é um banco em funcionamento. Não sei se eram, se calhar eram. Nunca perguntei.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — No BES eram gravadas!

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Mas uma coisa que eu costumava dizer ao Banco de Portugal, quando no Banco de Portugal nos perguntavam por que é que não eramos tão bons quanto o BES,...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Quem perguntava?

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Os técnicos. ... em termos dos modelos que tínhamos, eu respondia «mas nós, pelo menos, somos sérios». Acho que isso era uma grande diferença. Desculpe a frontalidade.

O Sr. **Presidente**: — O PSD esgotou o seu tempo e passamos agora ao PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, que dispõe também de 8 minutos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Dr. Nogueira Leite, Caras e Caros Deputados, comunicação social, muito boa tarde.

A primeira pergunta que gostaria de colocar é a seguinte: quem é que o convidou para Administrador da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, tive um primeiro convite por parte do Sr. Primeiro-Ministro, como, aliás, já disse em público. O convite formal veio da parte do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, na altura o Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A comunicação social deu nota que essa abordagem feita pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho foi para Presidente da Caixa Geral de Depósitos e não para Vice-Presidente. Confirma?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Foi para Presidente da Comissão Executiva.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E, então, só quando recebe o convite formal do ex-Ministro das Finanças Vítor Gaspar é que se apercebe que não é para Presidente da Comissão Executiva mas, sim, para Vice-Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — É facto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Tivemos períodos com importância temporal naquilo que levou a uma nova recapitalização da Caixa Geral de Depósitos. O primeiro período, 2007/2008, advém do impacto da crise financeira internacional, como disse há pouco; o segundo período foi o da crise das dívidas soberanas, por volta de 2010/2011; depois, há um terceiro período que tem a ver com a recessão prolongada que o País sofreu, e é no início desse período que entra o plano de capitalização e o plano de reestruturação da Caixa. E os desenvolvimentos até aos dias de hoje já são conhecidos.

Já o ouvimos dizer que saiu da Caixa Geral de Depósitos porque divergiu do plano de capitalização que foi aprovado pelo Governo PSD/CDS. Pode dizer-nos como decorreram as negociações com o Governo relativamente ao plano de capitalização? Para além da sua proposta, surgiu outra proposta no Conselho de Administração? Qual era a divergência de valores? Qual era a sua proposta em termos quantitativos? Foi uma decisão unilateral do Governo, do ex-Ministro Vítor Gaspar, que a impôs à Caixa, ou o Governo divergiu da Caixa?

Conte-nos o mais possível sobre este período.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Trimestralmente, fazíamos — nós e todos os outros bancos — um plano, que

se chamava o Plano de Financiamento e Capital, que tinha projeções, a prazo, da atividade dos diferentes bancos.

Com a imposição da EBA, que ironicamente penalizou a Caixa porque era o banco que mais emprestava às autarquias locais — fomos penalizados em mais de 1000 milhões, aproximadamente 1100 milhões, se a memória não me falha, porque apoiávamos as autarquias locais e, como era normal naquela situação, tínhamos uma carteira de dívida pública significativa —, foi-nos dito: «os senhores, como têm muitos ativos do vosso acionista, o Estado, vão agora ser penalizados». Do ponto de vista da lógica, ainda hoje tenho alguma dificuldade em perceber isto, dado que tínhamos um *rating* inferior. Mas foi assim com todos e, aliás, num desses elementos que distribui vê-se esse impacto.

Portanto, tipicamente, íamos fornecendo a informação. Devo dizer, e não quero de maneira nenhuma escamotear a minha responsabilidade, que não era eu que estava nessas reuniões em representação da Caixa, geralmente era o Sr. Dr. Norberto Rosa, mas tanto quanto ele nos contava, o que depois também nos foi transmitido pelo Sr. Presidente da Comissão Executiva, a deliberação do aumento de capital foi uma deliberação do acionista.

Não nos foi dito «digam lá quanto é querer». Não. Houve um belo dia em que o Governo, em função daquilo que foram as suas negociações com o Banco Central Europeu, com a Direção-Geral da Concorrência e imagino que também com o Fundo Monetário, disse: «os senhores vão ter um aumento de capital em obrigações contingentes de 900 milhões e de 750 milhões em dinheiro».

Portanto, as contas que fiz foram: se isto é assim, dada a situação de partida, é inevitável que a Caixa Geral de Depósitos vai demorar muito tempo a ter resultados positivos. E se a economia não levantar rapidamente e se os indexantes não subirem, a probabilidade que temos de fazer um ou

dois mandatos sempre a registrar resultados negativos é próxima de 1. E foi esse jogo que eu não quis jogar.

Podem dizer: «O senhor tinha obrigação de o fazer». Acho que não tinha porque a seguir fiquei rigorosamente sozinho.

O que devo dizer é que não me parece, do que íamos ouvindo, que tenha sido uma decisão arbitrária do Governo que não envolvesse aquilo que o Governo teve de negociar, nomeadamente com a Direção-Geral da Concorrência.

Não nos podemos esquecer que a troica queria a privatização da Caixa Geral de Depósitos e não nos podemos esquecer que o Governo anterior àquele que me nomeou tinha negociado *in extremis* não fazer a privatização da Caixa, como queria a troica, cumprindo as alavancagens que de qualquer forma queriam, mas, em adição, vender a maioria do capital dos seguros. Essa foi a contrapartida dada pelo Professor Teixeira dos Santos para que o objetivo da troica, que era obrigar à privatização da Caixa, não fosse feito.

Devo dizer que não acho bem que um banco público tenha sido financiado com obrigações contingentes. É que nós, Caixa Geral de Depósitos, ficámos numa situação de grande desvantagem face a todos os outros bancos.

Quando se diz que a Caixa Geral de Depósitos nunca devolveu os CoCo ao Estado, diria que a Caixa nunca fez o que os outros bancos fizeram para devolver os CoCo ao Estado, que foi fazer aumentos de capital no mercado, porque nós, como éramos públicos, não o podíamos fazer.

Portanto, ao porem-nos as obrigações contingentes, estavam claramente a pôr a Caixa numa situação muito complexa e eu desse detalhe não gostei. Sei que foi da troica, mas penso que era um detalhe que nos punha numa situação muito complexa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sabemos, então, que o plano de capitalização de 2012, de 1650 milhões de euros, foi uma resposta incapaz, insuficiente, e na altura já o Dr. Nogueira Leite previa o que veio a suceder, anos acumulados de prejuízos na Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, quando, no final do ano passado, ouvimos falar do desvio do plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos, que tem como origem o plano de capitalização de 2012 e o plano de reestruturação de 2013, de 3000 milhões euros, não pode considerar-se uma surpresa, visto que a origem do mal foi o plano de capitalização insuficiente e incapaz, como o Dr. Nogueira Leite aqui retratou.

Algumas questões podem surgir aqui e, em nossa opinião, são oportunas.

Já na altura teria sido possível negociar com as entidades e com as instâncias europeias uma capitalização que não fosse considerada ajuda de Estado, como aconteceu desta vez? Recordo que, desta vez, ouvimos recorrentemente que foi um desfecho inédito ao nível europeu e, portanto, o que muitos portugueses perguntam é porque é que isto não foi feito, ou tentado pelo menos, pelo anterior Governo em 2012.

Já que a capitalização foi insuficiente e incapaz, já que o modelo da capitalização com CoCo só prejudicou ainda mais a Caixa Geral de Depósitos, como acabou de explicar o Sr. Prof. Dr. Nogueira Leite, pergunto se tem informação de porque é que na altura isto não foi feito sem ajuda pública.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, se me permite, antes de responder diretamente, e não deixarei de o fazer,

diria que acho que houve aqui um problema, que foi o de os nossos credores oficiais não terem querido aprender com as experiências anteriores da Europa.

Se olharmos para as experiências da Europa e do mundo, verificamos que a resposta mais bem sucedida a uma crise financeira foi a resposta dos países escandinavos após a crise do início dos anos 90. Eles fizeram-no tomando o máximo de prejuízos à cabeça, recapitalizando e obrigando a reestruturações nos bancos escandinavos — houve até fusões entre bancos finlandeses e suecos, como o Mereta e o Norbanken, com a fusão entre um banco finlandês e um banco sueco — e ao fim de 3 anos tinham as economias dos países nórdicos a funcionar muito bem.

Se verificarmos o aconteceu, por exemplo, na crise do peso, no final dos anos 80, no México, ou o que aconteceu com o problema financeiro da Coreia do Sul, em meados dos anos 90, em que as abordagens muito gradualistas... Foi essa solução que a troica quis aplicar em Portugal, argumentando sempre que tínhamos um problema de dívida pública muito elevada e, portanto, não queriam assumir um financiamento maior, o que criou um grande constrangimento, julgo eu, às decisões que foram tomadas.

Não sei, Sr. Deputado, e peço desculpa, se foi tentado, ou não, que não fosse ajuda de Estado, porque não estive presente em nenhuma dessas negociações. Essas negociações eram feitas entre o Gabinete do Sr. Ministro das Finanças, porventura coadjuvado pela Sr.^a Secretária de Estado, com o seu *staff*, o Banco de Portugal e as instituições europeias.

Devo dizer que considero uma grande vitória não ter sido considerada ajuda de Estado, dado que foi ajuda de Estado na vez anterior. Mas as circunstâncias do País também são diferentes. Estávamos sob ajuda financeira e já não estamos e isso, eventualmente, faz uma diferença significativa na perceção dos credores, mas basicamente acho que tiveram

de considerar este apoio ajuda de Estado porque não havia margem de manobra, na minha leitura, mas pode ser que seja diferente.

Como disse, não estive presente, não me foi sequer reportado qual era a agenda de negociação por parte do Governo e o que posso dizer é que talvez não houvesse abertura na altura da troica para que isso pudesse ter acontecido.

A troica tinha uma atitude muito negativa em relação ao sistema financeiro português — teria algumas razões para a ter — mas, de facto, tinham muito pouca abertura para o fazer e acenavam sempre com o facto de, provavelmente, não termos capacidade para termos um banco público. Não digo isto das negociações, isto era quando íamos ao Banco de Portugal apresentar o Plano de Capitalização e Financiamento e víamos que havia muito pouca boa vontade para com os bancos portugueses por parte da troica.

Quanto a essa negociação, não lhe posso dizer porque não estive presente, não sei se foi um ponto de fricção entre o Governo da altura e a troica, mas sei que o resultado foi que foi considerada ajuda do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E quanto à questão que coloquei também sobre o desvio de 3000 milhões de euros no plano de negócios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Há aqui um aspeto — não sei se chega a 3000 milhões mas será uma parte importante — entre o indexante que o Banco de Portugal nos dava na altura ...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): - O tal do Centeno!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ouvir a resposta do Sr. Professor. Queira continuar.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Basicamente, o que queria dizer é que, em conversa com um colega meu, aliás, um atual diretor da Caixa que trabalhou diretamente comigo, aqui há uns tempos, ele dizia-me: «não imagina que nós revimos quinze vezes a linha do indexante e só à décima sexta é que foi uma revisão positiva». Portanto, a Caixa ficou debaixo de um *stress* muito grande por esse facto.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E pela subcapitalização!

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Como é evidente também, por outro lado, a Caixa com muito capital teria resistido a essas situações. Portanto, acho que a verdade, nesse sentido, está dos dois lados. A evolução foi muito pior e precisávamos de mais capital.

Como gestor, o meu problema foi que precisava de mais capital. Agora, essa decisão foi do meu acionista e quando o acionista decide uma coisa de que eu não gosto, de duas, uma, ou me acomodo ou saio e decidi sair.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Há pouco, na intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, foi feito um conjunto de insinuações sem qualquer concretização, nomeadamente que os projetos PIN foram todos ruinosos. Não há informação que leve a concluir isso, mas há informação que os PIN que foram votados aqui na Assembleia da República tiveram voto

favorável do PSD. Essa informação existe. Quanto às suspeições e insinuações feitas há pouco, não há informação que as sustentem, ...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não nos deixam!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ...mas que o PSD votou a favor dos PIN que aqui foram votados é verdade, e agora renega essa votação.

Protestos do Deputado do PSD Duarte Filipe Marques.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas queria colocar-lhe outra questão.

Enquanto foi administrador da Caixa Geral de Depósitos, durante esse período, tem conhecimento ou houve informação que lhe tenha chegado relativa ao período anterior a esse quanto a algum crédito concedido à margem do regulamento e da política de crédito da Caixa Geral de Depósitos, ou tem conhecimento de algum crédito de favor?

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Isto está dentro do objeto da Comissão?

O Sr. **Presidente**: — Vamos ouvir a resposta, por favor.

Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — O que posso dizer é que toda a informação que tivemos de todos os grandes créditos do passado era informação suficiente para uma decisão informada no momento em que tivemos de tomar decisões sobre eles. Foi isso que disse há pouco e é isso que posso reiterar, e que reitero.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em algum momento houve uma tentativa de intromissão do Governo, de algum dos seus membros, de algum conselheiro do Governo, do Sr. ex-Primeiro-Ministro, no trabalho, nas decisões da Caixa Geral de Depósitos no tempo em que o Sr. Dr. António Nogueira Leite foi administrador?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Houve um aspeto da personalidade do Sr. Professor Vítor Gaspar que foi muito positivo. Ele era muito cioso do seu poder e, portanto, declarou *urbi et orbi*, tal como a informação nos chegou, que a Caixa tinha uma tutela e que essa tutela era o Ministério das Finanças, o que foi importante porque permitiu que, quando alguns outros ministros, que, eventualmente, poderiam ter interesse setorial em determinada parte da nossa atividade, nos telefonavam, perguntássemos: «já falou com o Sr. Ministro? Então, falamos através do Sr. Ministro».

As conversas com o Sr. Ministro eram tidas individualmente ou pelo Presidente da Comissão Executiva ou pelo Presidente do Conselho de Administração e depois havia, periodicamente, três ou quatro vezes por ano, reuniões a quatro em que eu também estava presente, juntamente com o Dr. Norberto Rosa. E houve duas reuniões em que foram os meus outros colegas de administração. Mas, no geral, era este o modelo de funcionamento.

Bem, estou a perceber onde o Sr. Deputado está a chegar. Tenho alguma dificuldade em falar nisso porque era uma pessoa com quem eu até essa altura me tinha dado bem, que foi meu professor, mas tive, de facto, enfim, uma questão pública com o conselheiro do Sr. Ministro para as

privatizações e para o setor financeiro. Devo dizer que, para conforto meu, isso foi assumido *ipsis verbis* pelo Sr. Conselheiro, na Comissão de Economia e Obras Públicas, quando o chamaram a respeito de um determinado assunto.

Nessa altura, o Sr. Conselheiro disse, relativamente a uma determinada decisão, e é aí a minha grande divergência... Fui Secretário de Estado e sei que este tipo de decisões, pelo menos em 1999/2000, eram decisões em que o Governo exercia o seu poder junto dos conselhos de administração da Caixa Geral de Depósitos. Tudo isto, na altura, foi público, veio nos jornais a questão da resolução do Grupo Totta. Portanto, a Caixa fez basicamente o que o acionista lhe disse para fazer, foi público e ninguém levantou nenhuma questão na altura. Isso era uma *praxis*.

Mas houve uma situação em concreto em que o Sr. Ministro declarou que o seu conselheiro era o coordenador da operação — não o disse a mim, nem tinha de dizer, disse-o ao meu presidente, e o meu presidente transmitiu-o ao resto da equipa. E, de facto, eu acho que não tinha de prestar contas ao Sr. Conselheiro. Portanto, ficou devidamente registado em ata que tinha havido indicações do acionista relativamente a essa situação. Julgo que isso foi único na vida da Caixa Geral de Depósitos, mas foi o que foi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, faça favor de continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, era precisamente a esse assunto que eu queria chegar com a questão e julgo que estamos a falar do falecido Prof. Dr. António Borges, conselheiro para as privatizações.

Portanto, gostaria de perguntar-lhe que tipo de orientação, de diretriz, é que lhe foi dada, através do conselheiro do Sr. Ministro para as privatizações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Enfim, havia várias questões de natureza geral.

Houve uma operação em concreto em que a minha posição foi, no final, concordante com a do Sr. Conselheiro. E foi nessa tal operação que o Dr. José de Matos obteve a indicação de que ele era, na perspetiva do acionista, o nosso coordenador nessa operação, que tinha a ver com uma alienação financeira, que eu achei, como, aliás, todos na Comissão Executiva achámos, que tínhamos de fazer, mas não gostámos do processo. Mesmo assim, não a fizemos nos exatos moldes que o Sr. Conselheiro quis.

O Sr. Conselheiro queria que — o caso é a venda da posição na Cimpor, e isto veio, aliás, nos jornais na altura — nós procedêssemos a uma venda irrevogável da nossa posição. Dissemos que nunca a faríamos, e foi uma discussão difícil. Houve depois a ideia de que poderíamos fazer uma venda antes do anúncio, o que também não fizemos, mas — ao contrário do que nós gostaríamos de ter feito, que era esperar mais tempo pelo desenrolar da operação — acabámos por anunciar ao mercado essa operação quando ela aconteceu. E fizemo-lo em duas circunstâncias que fizeram com que o dia 30 de março de 2012 fosse um dia particularmente difícil, porque, primeiro, não fizemos os dois procedimentos que tinham sido indicados.

Vivíamos uma situação muito complexa, só queríamos fazer uma operação que pudéssemos, depois, defender como razoável. No entanto, também sabemos que o acionista, ou alguém que o acionista mandata numa sociedade comercial — e a Caixa é um banco público, mas é uma sociedade comercial —, tem direitos especiais, e nós colocámos duas linhas vermelhas.

A primeira linha vermelha era a de que tínhamos de nos certificar, o que fizemos, de que a Caixa não perdia dinheiro e que a operação era

razoável face aos comparáveis. A Caixa, de facto, teve uma mais-valia de aproximadamente 40 milhões de euros, e, portanto, ganhou dinheiro, ao contrário do que depois foi dito. Isso está nas contas, eu tenho aqui, aliás, a página do relatório e contas de 2012, onde a comissão de auditoria, presidida pelo Sr. Prof. Paz Ferreira e com o Dr. Rebelo de Sousa e o Prof. Álvaro Nascimento, reconhece exatamente isso, porque há coisas que são inevitáveis. Quer dizer, uma pessoa que compra a 4,75 € e vende a 5,50 € ganhou.

A segunda linha vermelha era a de que — tomámos uma decisão em princípio e avisámos o conselheiro, e, portanto, o acionista — iríamos deixar indicação expressa nos documentos internos da Caixa Geral de Depósitos de que a opinião do acionista tinha contado na especificidade da nossa decisão, e isto ficou na ata n.º 12/2012, de 30 de março. Portanto, ficou registado em ata, o que eu acho que foi a única vez em que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos.

Por outro lado, decidimos testar a nossa comunicação junto da CMVM, na pessoa do vice-presidente, que infelizmente também, tal como o Sr. Conselheiro, já não está entre nós, o Dr. Amadeu Ferreira, porque não queríamos que a OPA fosse uma OPA obrigatória. E, de facto, no momento original, o prospeto inicial foi de uma OPA facultativa e, portanto, apesar de ele saber que a seguir, após o anúncio, e só após o anúncio, poderíamos fazer uma comunicação, a CMVM não viu isso como concertação, e, por conseguinte, essa era uma condição *sine qua non* que também pusemos.

Portanto, postas estas duas linhas vermelhas e o aviso que fizemos ao Sr. Conselheiro de que registaríamos em ata que teria havido indicações acionistas, e dado que a Caixa, que vinha de registar 1800 milhões de euros de perdas em imparidades financeiras, tinha ali a possibilidade de fazer 40 milhões de resultados positivos, o que fizemos foi, pura e simplesmente, tomar essa decisão e validá-la à CMVM. Aliás, isso foi escrito também à

CMVM quando ela investigou a concertação entre os dois operadores brasileiros, numa carta que, salvo erro, seguiu no dia 15 de maio de 2012.

Quero referir que tudo isso foi depois bastante público e notório, mas, enfim, vale a pena... O Sr. Deputado pediu e eu dei-lhe os detalhes que entendi razoáveis.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Correto. Então, pode dizer-se que a intervenção do conselheiro para as privatizações, o Prof. Dr. António Borges, essas intervenções junto da Caixa Geral de Depósitos para este fim, para o negócio da Cimpor, foram feitas com cobertura do Ministro das Finanças Vítor Gaspar?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Estou a fazer fé, como acabei de dizer, naquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão Executiva, que, estando o ministro fora do País, o contactou e o ministro disse: «Eu confio neste senhor e, portanto, ele coordenará a operação». Foi por isso e por eu achar que uma situação destas precisava de um adequado registo documental na época e não depois, que ficou registado em ata que tinha havido indicações da parte do acionista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quero, finalmente, colocar-lhe uma questão relativa ao plano de capitalização de 2012.

Considera que esse plano, pelas razões que já explicou e apresentou, era incapaz para responder aos momentos futuros que se avizinhavam e que estavam nas previsões não só da Caixa como também de várias entidades nacionais e internacionais?

Também gostaria de saber se entende que esse plano de capitalização foi insuficiente para financiar um plano estratégico que deveria apoiar a economia num período recessivo como aquele que aconteceu? Ou seja, isso não resultou, a Caixa acabou por não conseguir desempenhar esse papel?

Gostaria também de saber se esse foi um plano de capitalização que não deu músculo ao plano estratégico, para que o plano estratégico levasse a efeito a missão que o acionista tinha atribuído à Caixa Geral de Depósitos, aquilo que o Sr. Prof. Dr. António Nogueira Leite disse diversas vezes, ou seja, a pressão na economia para refinanciar, capitalizar, as nossas empresas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, de facto, precisávamos de mais instrumentos, para além de um banco devidamente capitalizado. Era muito importante que houvesse investimento de capitalização das empresas, para além do banco.

Não sei se estão recordados, digo isto porque foi público, que eu e o Dr. José de Matos demos uma conferência de imprensa, algures em maio de 2012, em que explicávamos que tínhamos bastantes meios na nossa Caixa Capital para financiar a economia.

Agora, há um problema: isso não avançou porque o Sr. Ministro não quis, porque havia várias pessoas que ele considerava mais credíveis do que eu e que estavam a formar algo que ele achava que iria ser muito importante para o País, que era o banco de fomento, algo que eu, na altura, achava também que iria ser uma solução lenta, como, aliás, se viu, porque nessa

altura já era claro que a opinião do BCE e da Direção-Geral da Concorrência, relativamente ao banco de fomento, estavam longe de ser concordantes, o que iria levar a problemas na sua concretização, como *ex-post* é evidente.

Agora, como estou aqui, numa Comissão de Inquérito, devo dizer que até estou agradado por não ter patrocinado essa operação, porque algumas dessas operações de capitalização poderiam não ter corrido bem. Mas acho que para o País teria valido a pena e a Caixa esteve disponível para isso — tivemos um grande apoio de toda a comissão executiva e dos técnicos, e acho que isso correu bem.

Só um pequeno detalhe: quando isso foi gorado, e é engraçado isso estar a ser novamente repescado, apesar de sermos um banco público, como algumas pessoas referem, fomos o primeiro banco a conseguir financiar-se no mercado e, em segundo lugar, e é um aspeto muito importante, fomos o primeiro banco a pôr na rede de pequenas e médias empresas instrumentos híbridos de capitalização, que, na altura, chamámos «Caixa Capitalização», que foi lançado no final de 2012 e que neste momento a Caixa está, e bem, na minha opinião, a relançar. Eram basicamente instrumentos de longo prazo que permitiam às empresas capitalizar-se e que no balanço das empresas funcionavam como capital mas, de facto, eram operações de crédito, pois só passaríamos a ser parceiros se as coisas não corressem bem.

Portanto, tentámos criar, na medida do que nos foi possibilitado, instrumentos que facilitassem algo que era muito importante: permitir à economia, nomeadamente às pequenas e médias empresas, que conseguissem sobreviver à situação verdadeiramente difícil em que todos nós vivíamos nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — O Partido Socialista terminou a sua primeira ronda de perguntas, cabe agora a vez ao Bloco de Esquerda, que dispõe, para o efeito, de 8 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, antes de mais cumprimento, em nome do Bloco de Esquerda, o Prof. António Nogueira Leite.

Sr. Prof. Dr. Nogueira Leite, já era público, e disse-o aqui, que chegou a ser convidado pelo então Primeiro-Ministro para Presidente da Comissão Executiva da Caixa, o que não aconteceu, mas foi depois convidado para Vice-Presidente dessa Comissão Executiva.

Pergunto: quais foram, então, as conversas que teve na altura, tanto com Pedro Passos Coelho, como com Vítor Gaspar, sobre a estratégia para a Caixa, sobre o que deveria ser o banco público, o posicionamento deste banco público no mercado, enfim, sobre o plano e estratégia para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Devo dizer que com o Sr. Primeiro-Ministro não tivemos uma grande conversa estratégica.

A grande preocupação do Primeiro-Ministro nesse momento — e estamos a falar de meados de junho de 2011 — era saber como é que nós conseguiríamos manter o sistema financeiro a funcionar. E, portanto, dizia: «Os senhores vão para a Caixa e têm de agarrar a situação como ela está e assegurar que nós sobrevivemos a este primeiro impacto; posteriormente, terão de, enfim, elaborar a vossa proposta e discuti-la connosco».

O Prof. Vítor Gaspar falou um pouco do que ele considerava ser a importância de canalizar investimentos para as pequenas e médias empresas, descreveu-me a equipa e eu só aceitei ser vice-presidente porque conhecia

bem o Dr. José de Matos, tinha sido colega dele durante oito anos no conselho consultivo do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público. Fui nomeado quer por um Governo do PSD quer, depois, por um Governo do Partido Socialista e o Dr. José de Matos representava o Banco de Portugal e, portanto, eu sabia que era uma pessoa na qual, pelo menos, no plano da lealdade, no plano pessoal e das características que eu achava importantes que um líder tivesse, eu me revia e, nesse sentido, aceitei.

Mas, na altura, a situação é um pouco a de «vão lá ver o que é que se passa, vejam como é que conseguimos aguentar a situação e, depois, tragam-nos ideias e discutamos relativamente ao que é preciso fazer».

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Professor, quando apresentou a sua demissão, em dezembro de 2012, e, depois, até, em algumas entrevistas e declarações públicas que deu, falou sempre, de forma recorrente, numa diferença de estratégias que existia entre a Administração da Caixa e o acionista. Aliás, até para ser mais factual, citarei uma entrevista que deu em maio de 2013 onde refere «uma ausência de estratégia da tutela para a Caixa...» e que «...na CGD havia uma estratégia, mas o acionista não estava atento e não dava a cobertura para a desenvolver».

Então, a pergunta que lhe coloco é a seguinte: qual era a estratégia que existia na CGD e qual era a não cobertura que o acionista dava para o desenvolvimento dessa estratégia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, vou dar-lhe alguns aspetos essenciais nessa matéria, porque descrever toda a estratégia é um pouco diferente.

Basicamente, como digo, tínhamos de reestruturar fortemente o banco, uma vez que o banco perdia muito dinheiro antes de imparidades e precisava de uma grande reestruturação em termos das suas operações.

Havia uma questão: os bancos só ganham dinheiro quando dão crédito a empresas; precisamos de ter os clientes particulares mas é no crédito a empresas, quando corre bem, que os bancos ganham, efetivamente, dinheiro a prazo, e, portanto, para nós, era muito importante esta componente da capitalização e o facto de a componente da capitalização das empresas estar remetida para uma instituição que não existia punha grandes dificuldades ao plano que eu e os meus colegas — eu em concreto — achávamos que era fundamental para a Caixa.

Por outro lado, às vezes, nestas considerações, posso ser um pouco injusto com o ministro de então, porque o ministro tinha uma frente que era, para ele, muito mais difícil do que para nós, que era a frente da troica e a troica não acreditava ou, melhor, acho que não esteve disponível para emprestar esse dinheiro a Portugal, pois a troica não acreditava na necessidade de um investimento grande no sistema financeiro para, com base nesse investimento, relançar rapidamente a economia.

Todos nós sabemos que eles nos deram sempre menos do que aquilo que necessitávamos e isso levava a que, quem não conhecia os detalhes dessas negociações, como era o meu caso, acabasse por ter sempre um confronto com o acionista, na medida em que o acionista não dava os meios que eu achava que eram necessários para cumprir a minha função. Mas eu não sabia os constrangimentos que ele tinha e admito que, em algumas dessas minhas declarações, tenha sido demasiado duro para com o Sr. Ministro.

Agora, o que é facto é que, na prática, como a realidade veio a constatar depois – e por isso é que eu fiz questão de apresentar o que eu disse em 2012 e não o que eu digo agora sobre 2012 –, tínhamos uma missão impossível, na minha perspetiva.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A missão impossível seria, depreendo da apresentação que fez e das respostas que já deu, devolver lucros à Caixa com uma capitalização que tinha sido insuficiente para tal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sim, Sr. Deputado, o contexto era extraordinariamente difícil. A nossa projeção face ao futuro era negativa, mas a realidade veio a ser pior... Aliás, a realidade ainda foi pior do que aquela que se pode ver no gráfico que vos mostrei...

Mas uma coisa é certa: ninguém soube prever o futuro. Eu não vou dizer que ainda está para nascer, mas não me lembro de ninguém que tenha feito uma previsão correta do futuro. Nós tínhamos dúvidas de que as previsões do Banco de Portugal não pudessem ser superadas pela realidade e o que eu demonstrei foi que três meses depois nós já sabíamos que a realidade era pior do que aquela que nos dizia o regulador.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Foi o Centeno que fez essa previsão!

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Portanto, uma situação dessas é uma situação de enorme constrangimento, e isso teve...

Nós precisávamos de mais capital para muitas coisas. Reparem: se falarmos no plano do Dr. Domingues, esse plano podia ter sido antecipado vários anos porque nós, com mais capital, tínhamos feito, em ambiente de paz social, um redimensionamento dos meios humanos da Caixa. O que mostrámos foi que, com o negócio bancário que a Caixa tinha, aqueles meios humanos não eram aguentáveis e se queremos manter um banco público não podemos ter prejuízos permanentes. Na situação em que estávamos, em que estamos e em que estaremos o banco público tem de ser gerido de forma a gerar resultados.

Portanto, nessas circunstâncias, não tínhamos, de facto, viabilidade possível, precisávamos de ter tido muito mais capital para, como gestores, podermos assegurar... E repare que nunca houve ninguém, que eu me lembre, que tenha dito: «isto chega!». Não me lembro disso, nomeadamente na Administração da Caixa. Eu certamente não o disse nem o diria, como se vê, aliás, por aqueles que eram os riscos que apontávamos na altura.

O que nós precisávamos para pôr a Caixa a dar resultados melhores era que a economia não afundasse, que a economia crescesse, porventura mais depressa do que o que fomos capazes, coletivamente, de a pôr a crescer, precisávamos de ter mais capital para limpar o balanço com uma maior velocidade, porque as imparidades, meus amigos, também são as imparidades que conseguimos marcar, porque a pior coisa que podemos fazer é pôr o banco insolvente e, portanto, nós fomos marcando imparidades — o que dizíamos, em 2012, era que, pelo menos, eram dois anos de imparidades fortes, mas de certo mais do que isso, e, infelizmente, foi ainda pior.

Então, nessas circunstâncias, o nosso plano tinha de ser reestruturar e concentrar-nos naquilo que era essencial, que era manter o apoio às famílias e sermos capazes... A Caixa teve, tal como outros bancos, muita atenção aos problemas das famílias, e, por outro lado, também posso dizer que as famílias

que tinham a sorte de ter crédito na Caixa foram, de alguma forma, financiadas pelo sistema, porque nós perdíamos dinheiro antes de imparidades com o crédito à habitação, mas, como dizia o Dr. José de Matos na altura, quando falávamos disso, se calhar, era por isso que era preciso ter um banco público. Portanto, nós amortecemos alguns dos problemas. Aliás, algumas das pessoas que cá estão hoje estão a responder por terem amortecido alguns dos problemas sociais que se criaram, porque isto significa que, para não perdermos dinheiro, as famílias teriam sido muito mais oneradas nos juros e nas amortizações que tinham de ter feito. E não estou a dizer que os outros problemas não existam, porque é claro que existem e são até maiores.

Portanto, o nosso plano era sobreviver e orientar o banco para uma estrutura mais enxuta que cumprisse a sua missão de serviço público, que pudesse ajudar ao crescimento tão rápido quanto possível da economia e minorar, da medida do possível, as dificuldades das pessoas, que todos sentimos nesse momento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O que nos diz aqui é muito importante, na verdade, e é uma versão que ainda não tínhamos ouvido, porque muitas pessoas que aqui vieram disseram que, hoje, a Caixa está na situação de necessitar de uma nova recapitalização porque o cenário-base e de projeção em que se efetuou a recapitalização de 2012 não se concretizou.

Ora, aquilo que me parece que o Prof. António Nogueira Leite está a dizer é que, independentemente de esse cenário-base não se ter concretizado, o nível de recapitalização feito em 2012, mesmo com esse cenário-base, era já insuficiente.

Portanto, o problema não foi só o cenário-base ser ultraotimista e não se ter concretizado; foi que, mesmo com esse cenário-base ultraotimista, para as necessidades da Caixa e para uma perspectiva de médio prazo da Caixa, o montante de recapitalização já não era suficiente. É isto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, são as duas coisas, tem toda a razão.

Por um lado, nós desconfiávamos que o cenário-base — e desconfiávamos por prudência de gestor — pudesse não se verificar e tínhamos calculado o que era o impacto na nossa margem financeira, sendo que dizíamos que por cada 50 pontos-base que o indexante caísse perdíamos 250 milhões; por outro lado, e estes números são verdadeiramente impressionantes para mostrar o *stress* que foi gerir esta organização nesta altura, antes de imparidades, a Caixa perdia 500 milhões de euros.

Portanto, eu precisava de muito capital para reestruturar a Caixa e foi isso que a Comissão Europeia, nomeadamente o senhor holandês da Direção-Geral da Concorrência, não quis fazer e o Governo não foi capaz de o convencer.

E eu, como estou na parte de baixo da cadeia de comando, disse: «esse jogo não faço, porque isso não vai dar bons resultados». E, infelizmente, a realidade veio dar-me razão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Outro argumento que se tem utilizado é o de que, na altura, ninguém conseguiu apurar necessidades adicionais que

a Caixa teria para justificar uma recapitalização superior a 1650 milhões de euros.

Portanto, esses 1650 milhões de euros, grosso modo, respondem ao *buffer* para exposição à dívida soberana e à necessidade de aumento de capital para cumprir o *Core Tier 1* de 9% em junho de 2012, e não há mais nada para além disso.

Aquilo que se tem dito aqui muitas vezes – a anterior Ministra das Finanças, quando aqui esteve, disse-o – é que não tinham sido identificadas mais necessidades que a Caixa teria e por isso é que o montante de recapitalização não foi maior. No entanto, a verdade é que, de 2010 para 2011, o crédito em risco aumentou 63%, de 2011 para 2012 aumentou 39%. Aliás, o próprio Prof. António Nogueira Leite dizia, em 2012, que «registámos — a Caixa, leia-se — um elevado número de imparidades no ano passado, em 2011, no primeiro semestre, e antevemos que tal continue e não apenas no semestre que atualmente corre (...)».

Portanto, pressupõe-se que, afinal, o passado recente, a crise na economia, que impactava diretamente na Caixa, perspetivava impactos futuros e que a Caixa teria necessidades para além da constituição do tal *buffer* de exposição à dívida soberana e do aumento de capital regulatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, acho que era claro que, para evitar uma segunda recapitalização, no cenário adverso que tínhamos e que se antevia, era preciso que tivesse havido abertura dos credores oficiais e o Governo tivesse tido a mestria de o conseguir para uma recapitalização muito maior do que aquela que tivemos.

E repare que era muito doloroso, como veio aqui dizer o Dr. José de Matos. E eu tive sorte, porque só assinei um relatório e contas, mas também

sou responsável, embora não o tenha assinado, pelo de 2012, pelo menos sou moralmente responsável e mais do que isso, mas o que é facto é que as administrações não tiveram a... Quer dizer, faltou um aspeto que é fundamental para um gestor profissional, que é ter o benefício – e não estou a falar do benefício pecuniário para si – de ser capaz de fazer aquilo a que nós chamamos, na gíria, um *turnaround*. E com este capital, neste cenário, não era visível...

Portanto, os meus colegas tiveram uma característica que é positiva e que eu não tive, foram estoicos, e eu achei que este cenário provável não era um cenário possível. Mas devo dizer que penso também que nós talvez tenhamos sido coletivamente ou, pelo menos, quem mandava na altura demasiado... Quer dizer, nós não...

As pessoas, provavelmente, confrontaram muito mais a troica do que aquilo que se soube, imagino eu, e nas reuniões que a Caixa teve, não ao nível do capital mas em reuniões de apresentação dos planos de capital, devo dizer que, como português, me senti várias vezes humilhado por ter pessoas muito jovens a expressar opiniões totalmente infundamentadas sobre a nossa capacidade de gerir os problemas que tínhamos.

Aliás, havia um *parti pris* muito negativo contra nós e havia esta questão clara de que os credores não estavam disponíveis para dar a Portugal tudo o que Portugal precisava de ter tido para que o impacto do resgate fosse um impacto suavizado, o que implicava ter sido capaz de pôr o sistema financeiro a funcionar mais depressa, e, como temos visto pelo resto do sistema financeiro, não é só a Caixa mas é todo o sistema financeiro. A troica teve uma visão que, na minha opinião – como digo, não estive na reunião estou a especular –, teve consequências não para eles mas, sim, para nós e obrigou-nos a sofrer muito mais do que aquilo que tínhamos necessidade de sofrer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Queria fazer-lhe uma pergunta sobre o seguinte: logo em 2012, há aqui uma alteração substancial no comportamento da Caixa, nomeadamente no volume de imparidades que regista. Num um pequeno gráfico vê-se que ela tem um comportamento bastante prudente durante vários anos, com percentagens de imparidades sobre crédito vencido na ordem dos 115, 120%; em 2009, 2010 e 2011 anda na ordem dos 105% e em 2012, que é o ano da recapitalização, as imparidades tornam-se insuficientes, porque cobrem apenas 93% do crédito vencido, e essa insuficiência depois acontece novamente em 2013, 2014 e 2015.

A questão que lhe coloco é se essa insuficiência de imparidades que acontece logo em 2012 é também um reflexo da insuficiente recapitalização de 2012 e qual é a consequência para um banco de registar uma insuficiência de imparidades.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, a consequência é nenhuma, porque houve bancos privados que chegaram até hoje com insuficiências maiores, como pode verificar pelas suas contas.

Não estive no fecho de contas de 2012 e, portanto, estou só a dar a minha opinião acerca do que aconteceu em função daquele que era o ambiente com que íamos gerindo até próximo desse momento, porque eu saí um mês antes desse momento.

A questão essencial é que vivíamos uma situação que era a seguinte: tínhamos um financiador externo, ou um conjunto de financiadores externos que tinha por objetivo não deixar que Portugal tivesse um banco público, que

o tinha dito explicitamente e tinha aceitado aquele *trade-off* ainda com o Governo do Engenheiro Sócrates de não privatizar mas ter de vender uma coisa que para nós era fundamental continuar a ter e que era os seguros. Portanto, alienou-se a maioria dos seguros como contrapartida, negociada em abril de 2011, para não privatizar a Caixa. Esse foi um aspeto que não era bom para a Caixa, porque para a Caixa teria sido muito melhor continuar a ter uma operação de seguros que, ainda por cima, era uma operação interessante do ponto de vista económico. Este é o primeiro aspeto.

Repare que estou completamente de acordo, até porque há conflitos de interesse óbvios, que a Caixa devesse ter vendido as participações financeiras em empresas. Muitas vezes a Caixa tinha essas participações, como, por exemplo, na EDP ou no BCP, porque dava jeito aos empresários portugueses como forma de defesa contra investidas de outros investidores. Ora, acho que o banco público não tem por obrigação criar proteção para os Srs. Empresários que não são capazes de se protegerem sozinhos. Portanto, concordo com esse objetivo da troica.

Relativamente aos seguros, aceito o *trade-off* feito pelo Governo anterior àquele que me nomeou. Era aceitável porque, na sua perspetiva, o pior era o início do processo de privatização da Caixa.

Portanto, havia esse primeiro elemento de que não nos podemos esquecer. Mas havia um segundo elemento, que foi aquilo que eu julgo que aconteceu, que era a noção, ou, melhor, a noção não, o facto de isto de ser uma ajuda de Estado, o que significava, porque já tínhamos alguma ideia do que iria ser a união bancária e o seu mecanismo de resolução, que tínhamos de ter muito cuidado — e eu já não estive nesse processo mas quem esteve teve de ter muito cuidado — porque se se esgotasse o capital, ou seja, se se tivesse uma política de criação de imparidades muito agressiva em 2012, em 2013 e por aí fora, ia esgotar-se o capital e aquilo que se perspetivava, mas que felizmente não aconteceu, era a resolução, e aí eram não só os

institucionais como eram os aforradores privados portugueses. E quando estamos a falar em aforradores privados não estamos a falar nos ricos, estamos a falar nas pessoas que têm uma vida de poupança e que têm o seu dinheiro na Caixa Geral de Depósitos.

Assim, essa era uma gestão que era feita a longo prazo e as imparidades iam sendo tomadas em função do comportamento do crédito e da evolução do valor das garantias mas também em função da perspectiva de que, pelo menos enquanto estivéssemos perante aquele jugo, à primeira oportunidade teríamos um banco resolvido, não por fenómenos idênticos aos do BES mas porque não conseguia ter capital suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

Esse era o nosso pensamento e para mim é consistente com a decisão do fecho de contas de 2012.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, queira continuar.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Só para sistematizar algumas questões sobre este assunto porque, no tempo que me resta, queria passar para outro tema.

Sobre a recapitalização de 2012, há a questão de 900 milhões de euros através de capital contingente, o que não terá sido a melhor opção para a Caixa Geral de Depósitos, suponho eu, podendo até ter prejudicado a atuação e a operação da mesma, e há também a questão de se ter considerado ajuda de Estado. Sei que não era uma decisão da administração, mas gostava de lhe pedir uma opinião porque ainda há pouco disse que até 2007/2008 a Caixa tinha lucros e distribuía dividendos. Portanto, até deste ponto de vista, pergunto se faz algum sentido que um governo aceite que seja imposto uma ajuda de Estado àquilo que é um ativo estatal.

Depois, sobre o montante da recapitalização, fica claro que para aquilo que a Caixa necessitava o mesmo era insuficiente e não sei se alguma vez fizeram algum tipo de estimativa, estudo, projeção sobre qual seria o montante de que a Caixa Geral de Depósitos precisava naquela altura para cumprir as suas necessidades de médio prazo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, vou responder-lhe sistematizando porque, de alguma forma, já respondi.

Julgo que disse de modo próprio que não concordava com a capitalização através de instrumentos contingentes, pelas razões que expliquei. É fácil quando se pode ir ao mercado buscar capital; num banco público o único capital tem de vir do Estado e se é considerado ajuda de Estado e não se quer mais ajudas de Estado ou tenho uma situação económica fantástica e devolvo esses CoCo porque entretanto criei capital por via dos resultados e das reservas que fui gerando ou era uma grande preocupação. A expectativa que nós tínhamos não era essa e, portanto, haver instrumentos contingentes era uma grande preocupação para a Caixa.

Relativamente à questão do Governo, já disse que era melhor que não tivesse sido mas não estive nas negociações, não estive nas conversas e é uma pergunta, claramente, para o então ministro das Finanças. Posso ter a minha opinião e como gestor da Caixa gostava que não tivesse sido ajuda de Estado, mas não lhe posso responder porque não estive nessas decisões.

O Sr. Deputado ainda colocou uma questão sobre as necessidades de capital. Acho que já disse que gostava de ter mais, mas, repare, o valor depende do que, depois, eu quero fazer a seguir. Pessoalmente, estava disposto a jogar o jogo se tivesse tido mais.

Devo dizer que os meus colegas conseguiram chegar até onde chegaram sem mais; agora, estiveram disponíveis para subscrever anos sucessivos de resultados como os que nós conhecemos e aí está a grande divergência entre mim e eles, que não é uma divergência de opinião mas de estar ou não disponível para uma determinada experiência.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, queira continuar.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, são só mais duas questões finais, que farei em conjunto por causa do tempo.

A primeira tem a ver com uma afirmação que o Sr. Prof. Nogueira Leite produziu em setembro de 2015, numa entrevista, onde disse: «Este Governo» — o Governo de 2015 — «sobretudo com o anterior Ministro, teve tentações de interferir pontualmente mas com veemência e acutilância na Caixa Geral de Depósitos».

Temos ouvido nesta Comissão de Inquérito toda a gente a jurar a pés juntos que o Governo nunca interveio na Caixa Geral de Depósitos — nomeadamente membros do anterior Governo juraram a pés junto que não intervinham na Caixa Geral de Depósitos.

Pergunto que exemplos tem desta intervenção que, apesar de pontual, era veemente e acutilante? De que forma é que o então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, intervinha na Caixa Geral de Depósitos?

A segunda questão tem a ver com o setor segurador, que já abordou e, portanto, também não vou ocupar muito tempo com ele, mas queria perguntar o seguinte: a venda do setor segurador pode ter representado um péssimo negócio para a Caixa Geral de Depósitos porque levou à perda dos lucros que o setor segurador gerava, às perdas atuariais, à perda da possibilidade de aplicação de dívida da Caixa Geral de Depósitos, que poderia ser, de alguma forma, gerida com o setor segurador. Na verdade, a

única melhoria que houve foi uma melhoria do *Core Tier 1* em 0.74%, o que devia equivaler a qualquer coisa como 450 milhões de euros de capital — corrija-me se estou errado.

A questão que lhe coloco, e termino, se calhar é puramente académica e de hipótese, mas para o banco público, para a gestão estratégica do banco público, não teria sido melhor fazer uma injeção de capital para absorver o impacto que este setor segurador poderia ter nas exigências de capital e manter o setor segurador na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queria só dar nota da tolerância que dei ao Sr. Deputado. Uma vez que o Sr. Deputado tinha feito menção a que, provavelmente, não faria uma segunda ronda de perguntas, achei oportuno que ele pudesse colocar todas as suas questões nesta ronda.

Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, o caso a que me referia nessa altura foi aquele acerca do qual o Sr. Deputado João Paulo Correia me interrogou e a que respondi. Portanto, foi esse.

Devo dizer, já agora, que é um paradigma do capitalismo português. Chegamos a 2012 e temos como capitalistas um empresário têxtil 100% alavancado no Millenium BCP, o fundo pensões dos trabalhadores do Millenium BCP e a Caixa, porque tinha executado um empresário, que era esse mesmo. Portanto, os grandes capitalistas nacionais do Cimento não estavam lá!

Essa é que foi a infelicidade, ou seja, os capitalistas portugueses desmereceram bastante, para quem como eu acredita no sistema capitalista, o que não será o caso de V.Ex.^a. De facto, fizeram tudo diferente relativamente ao que eu acho que deveriam ter feito.

Vi intervenções inflamadas acerca dos centros de decisão nacional, mas qual é o centro de decisão nacional?! Todos venderam!

Em 2009, a Caixa, quando executou, podia ter vendido mas não vendeu porque ia fazer uma parceria com um empresário português, empresário esse que depois vendeu à Camargo Correia e a Caixa foi a correr fazer a parceria com os outros brasileiros, que o que queriam era metade da Cimpor.

Portanto, sou quase que obrigado a dar razão a V. Ex.^a e ao Sr. Deputado do PCP, que está ao seu lado, que às vezes, com estes capitalistas, mais vale não privatizar. Agora, a situação que aconteceu foi esta.

É muito desagradável para mim comentar o outro caso porque foram colegas meus e eu já não estava quando foi vendida a operação de seguros.

Devo dizer que, na Caixa, ninguém queria vender a operação de seguros mas, como estava no Memorando de Entendimento, não se punha uma questão de opinião sobre se é boa *governance* o Governo dar aqui instrução ou não. O Governo dava instrução, estava no Memorando e nós tínhamos a obrigação de cumprir porque tinha sido o Estado português que se tinha comprometido — ainda por cima um Governo de cor diferente —, numa racionalidade que eu referi.

Há aqui um problema adicional, além do problema de margem, que como referiu, e bem, tem sido sempre muito simpática, que é o problema reputacional, que é importante. É preciso — espero que sim, sinceramente, espero que sim — que muitos dos depositantes da Caixa que subscrevem produtos de capitalização da Fidelidade achem que esta Fidelidade vai ter o comportamento da anterior, quando ela era pública. Espero sinceramente que sim, porque, se assim não for — espero que sim, não estou aqui a criar um papão —, pode haver um problema reputacional complicado para a Caixa.

Portanto, para a Caixa era muito mais tranquilo ter a Fidelidade como uma participada, como é evidente. Do ponto de vista de gestão, dava *cash-*

flow, dava resultados, ajudava a capitalizar o banco, e, do ponto de vista da abordagem comercial aos clientes, e a Caixa tem mais de 4 milhões de portugueses que são seus clientes, era muito mais seguro do que a situação para onde fomos empurrados.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que dispõe também de 8 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento, em nome do CD, o Sr. Professor Nogueira Leite.

Ia começar por uma pergunta que os meus colegas dos grupos parlamentares mais à esquerda se esqueceram de fazer, o que acontece ciclicamente. Fazem-na noutras audições mas esqueceram-se de perguntar quando e por que membro do Governo foi discutida com a Administração da Caixa Geral de Depósitos a privatização da mesma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Discutida nunca foi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que é dito aqui muitas vezes que sim, exceto quando se pode perguntar a alguém que possa responder.

Portanto, a segunda pergunta é: quais foram os argumentos para justificar a suficiência do valor da recapitalização realizada em 2012?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — É uma pergunta que tem de fazer ao Sr. Prof. Vítor Gaspar ou à Dr.^a Maria Luísa .Albuquerque porque foi uma decisão entre eles e a troica.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Certo. Mas uma administração, uma equipa de gestão, naturalmente, tem opinião sobre isso e, estando disposta a retirar consequências tão graves como a demissão, como foi o caso que aconteceu com o Sr. Professor quanto à Vice-Presidência na Caixa Geral de Depósitos, há de haver conversa sobre isso.

Portanto, pergunto o seguinte: com certeza que a equipa de gestão confrontou a tutela com a insuficiência do valor da recapitalização e com certeza que o Governo, a tutela, há de ter dado argumentos para contrapor e dizer que essa recapitalização era suficiente. O que eu estava a perguntar era quais foram os argumentos do Governo para dizer que essa recapitalização era suficiente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputados, depois da recapitalização só tive mais uma daquelas reuniões a quatro com os três do lado do Governo, portanto, o Sr. Ministro, o seu Chefe de Gabinete... Os meus colegas imagino que tivessem opiniões próximas das minhas, mas eu apenas disse que «isto vai ser muito complicado» e a resposta do Sr. Ministro foi, com aquele tom que VV. Ex.^{as} também conhecem: «não

tive oportunidade de fazer diferente». Mais do que isso não obtive. Ele mandava e eu tirei aquela velha conclusão de que manda quem pode obedece quem deve, e se não quer obedecer vai-se embora. Foi o que eu fiz poucos meses depois.

A justificação que eu percebi e que aqui deixei no ar foi que não havia capacidade, com a postura que a troica tinha na altura, de negociar algo diferente. Mas como nós mostrámos, e na altura eu mostrei não só aos meus colegas, que sabiam, mas a todos os diretores de primeira linha da Caixa Geral de Depósitos, nós, em função da nossa dimensão, estávamos a ser recapitalizados muito menos que o BPI e muito menos que o Millennium. O BES, como nós sabemos, não estava interessado em ser recapitalizado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, conheço esse tom do Sr. ex-Ministro Vítor Gaspar e essas palavras, do meu ponto de vista, são inequívocas, mas, como o meu ponto de vista não é suficiente para que a Comissão tire daí conclusões, queria confirmar. «Não tive oportunidade de conseguir melhor» é isso mesmo, ou seja, não se trata de uma convicção naquele valor, trata-se de uma consequência de um processo negocial. É isto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Foi a minha dedução, e, como não era possível ser diferente, o que eu achei foi que, como já expliquei, era um projeto profissional que poderia ser altamente penalizante para quem não tinha ligação a nada. Portanto, a

partir dali, eu tinha de refazer a minha vida e acho que foi mais fácil refazê-la, apesar da crise em 2013, do que se ficasse com o anátema de cinco anos de prejuízos até 2016.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, o desprendimento das equipas de gestão é muito positivo para o funcionamento das instituições. Portanto, isso é positivo, ainda bem que pôde tirar essa consequência e fez a avaliação.

Coloco-lhe uma outra questão, porque há aqui uma analogia que é importante, relativamente a algo de que já se falou muito, a alienação do setor segurador da Caixa. Pode de alguma forma concluir-se que a alienação do setor segurador da Caixa era uma convicção do Governo socialista que negociou o Memorando de Entendimento?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, a minha conclusão de várias conversas que tive, não com o Prof. Teixeira dos Santos porque na altura não falei com ele, que foi quem, no fundo, terá tomado essa decisão, foi que isso foi visto como um mal menor face à dispersão de capital da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, voltando a esta associação de ideias, que tem de ser muito pormenorizada para não ser uma associação de ideias que seja especulativa mas factual, pode

depreender-se que Portugal viveu um momento em que as negociações com os credores institucionais tinham contornos de dificuldade e de intransigência por parte desses credores internacionais que, independentemente até da linha ideológica dos governos, houve a necessidade de assumir compromissos e de ter consequências que em condições normais esses governos livremente não assumiriam e não aceitariam?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Não tenho dúvida alguma. O Prof. Teixeira dos Santos deixou no Memorando de Entendimento um futuro para a Caixa completamente diferente do futuro que ele tutelou, e ele tutelou durante muito tempo a Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, a minha leitura e a minha convicção é que isso foi o resultado da posição que os credores tinham relativamente ao nosso sistema e à Caixa em concreto, pelo que foi aquilo que se entendeu que era o possível.

Imagino onde é que o Sr. Deputado quer chegar — se calhar estou errado — mas, da mesma maneira que eu acho que se o Prof. Vítor Gaspar tivesse conseguido negociar melhor talvez nos tivesse permitido ter mais capital, também acho que se o Prof. Teixeira dos Santos tivesse conseguido negociar melhor não teria aceitado, como contrapartida, vender os seguros.

Mas, a esta distância toda, é muito injusto perceber que se não tivéssemos tido a capacidade de assinar o Memorando de Entendimento, provavelmente, teríamos tido problemas muito mais graves um ou dois meses depois, porque todos nós sabemos o que eram as reservas que existiam no IGCP nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, é exatamente isso, e, quando digo que não é minimamente especulativo, não estou aqui a tirar nenhuma conclusão política sobre a responsabilidade de termos chegado a essa circunstância, estou a analisar exclusivamente o período e a circunstância em que estávamos a fim de saber se decisões diferentes tomadas por governos diferentes sofreram dos mesmos constrangimentos e se esses constrangimentos é que levaram à conclusão, não sendo essas as convicções de cada um dos governos.

Acrescentaria apenas uma coisa: falámos já sobre a questão do setor segurador, decidida pelo Governo socialista, que, naturalmente, veio a constar do Memorando de Entendimento, e do montante da recapitalização, decidida pelo Governo PSD/CDS, e eu pergunto também, relativamente à questão da ajuda de Estado, se a questão de ser ajuda de Estado era uma convicção do Governo ou pode entender-se, no mesmo contexto, também como uma intransigência dos nossos credores?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, respondendo à sua pergunta, penso que já deixei várias vezes a ideia de que, embora eu não conheça o assunto em primeira mão, a minha convicção é que o Governo não foi capaz de obter algo de melhor por parte dos credores e, portanto, o possível foi uma recapitalização naquele montante considerada ajuda de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, há aqui um assunto que é muito relevante e que tem a ver também com o período anterior à responsabilidade que o Sr. Professor assumiu na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Professor falou, e bem, sobre a análise que fez na altura da recapitalização sobre o futuro da Caixa, designadamente ao nível de resultados, e da incompatibilidade que via entre aquilo que era o plano e o que eram os objetivos, independentemente da evolução mais negativa que se veio a verificar. Mas antes de ter funções de Vice-Presidente na Caixa Geral de Depósitos também tinha feito observações relativamente ao que era a Caixa Geral de Depósitos e às consequências futuras disso mesmo.

Tenho aqui uma frase do Sr. Professor, que diz: «As instituições vivem com os constrangimentos por que têm passado. A Caixa Geral de Depósitos começou por ser um banco hipotecário e na última década deu protagonismo à construção,» — a última década era a primeira década deste século — «a tudo o que é obra imobiliária e ao financiamento público. Alguns de nós anunciámos várias vezes» — e é aqui que vou buscar o «anunciámos várias vezes» — «que esse caminho era um caminho sem futuro e a Caixa Geral de Depósitos tem de criar condições para que possa ter futuro». Esta declaração é de 24 de setembro de 2012, portanto, o Sr. Professor ainda estava na Caixa Geral de Depósitos.

Pergunto, então, qual foi o passado que herdou e que era errado e qual era a perspetiva diferenciadora que entendia que a Caixa Geral de Depósitos devia ter?

E vou buscar outra citação, exatamente para acentuar isto que estou a dizer, que é posterior a esta em poucos meses, onde disse o seguinte: «A Caixa funcionou no passado como barriga de aluguer da política pública, da política governamental, da criação de campeões nacionais, centros de

decisão nacional ou do que quer que fosse, quem é que pagou isso? Pagámos todos nós porque foram perdas que já registámos».

Isto é muito relevante e foi a análise que o Sr. Professor fez relativamente a um determinado período da Caixa Geral de Depósitos. Qual foi o período? Como é que se concretizam estas referências que aqui fez e o que é que, no seu entendimento, mudou e pode continuar a mudar na Caixa Geral de Depósitos para que estas consequências deixem de existir na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, o que se passou no passado é impossível de repetir porque, neste momento, o supervisor europeu não deixa e as práticas bancárias mudaram.

Referia-me ao período que vai de 2000 a 2009/2010. Devo dizer que basta atentar, por exemplo, em algo que não fazia qualquer sentido, na minha perspetiva, e que, tanto quanto sei, foram indicações acionistas, embora eu não possa dizê-lo, pois quando as pessoas que as executaram dizem que não receberam instruções não vou dizer que receberam. Porém, pareceu-me, até porque tinha estado no Governo pouco tempo antes e era falado que todos os capitalistas portugueses ansiavam por um papel da Caixa segurando-os de ameaças de investidores estrangeiros.

A Caixa toma uma grande posição na EDP, em 2000 ou 2001; essa grande posição na EDP ainda é entendível porque a Caixa tem uma operação em comum com a EDP que se chama ONI, que foi uma das vítimas desse grande campeão nacional que foi a PT, e o que acontece é que toma posição num banco que é algo que era comum nessa altura mas que hoje em dia é absurdo e é impossível. Eu não devo ter 8% ou 9% ou 7% de um banco concorrente!

Portanto, havia no topo da sociedade portuguesa, quer nos privados, quer nos vários governos, a convicção de que a Caixa seria — nunca ninguém me disse isto, a dedução é minha — uma espécie de poço sem fundo que assegurava que, por exemplo, o BBVA não tomava conta do Millennium BCP, que, por exemplo — falou-se na altura, há 12, 13, 14 anos atrás —, criávamos um centro de decisão nacional nos cimentos, quando verificamos o que é o centro de decisão nacional em 2011. Criámos um centro de decisão nacional numa série de áreas que acabaram todas vendidas ao exterior. Ora, isso é política de todos os partidos, de todos os governos e de todos os capitalistas portugueses e era a isso que eu me estava a referir.

Na altura, não sabia que tinha havido alguns empréstimos de promoção imobiliária que vi depois — quando estava na Caixa sabia — mas essa é uma via de todos os bancos.

Se for ver, por exemplo — e não vou citar nada em concreto —, concessões rodoviárias em que a Caixa tenha perdido muito dinheiro, tem lá todos os bancos portugueses e tem dezenas de bancos estrangeiros, exatamente com as mesmas garantias, aliás, assumindo todo o risco de projeto que foi feito em *project finance*.

Hoje em dia sabemos que isso não se deve fazer e que o resultado é este, mas não é só na Caixa, não é só em Portugal. De facto, o sistema financeiro mudou muito nos últimos anos, a perspetiva face ao risco é completamente diferente e era a isso que eu, em larga medida, estava a referir-me.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, a inexistência de papel da Caixa Geral de Depósitos aquando da resolução do BES é coerente com essa linha que vinha do passado ou significou um caso

concreto de rutura com essa linha que vinha do passado, de intervenção do banco público e das orientações dadas pelas tutelas políticas a esse banco público?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, devo dizer que uma operação dessas — e acho que já dei provas disso —, se eu estivesse no banco público e a tutela dissesse para eu a fazer, eu sairia na hora. Agora, o que aconteceu foi que eu, felizmente, já não estava lá, e ninguém saiu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ninguém saiu e não se fez!

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — O que as pessoas me dizem é que não houve nenhuma indicação no sentido de a Caixa apoiar o Banco Espírito Santo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso significa ou não uma rutura com essa lógica que vinha detrás e que, como disse, atravessou vários governos? Significa ou não uma rutura com essa prática?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Absolutamente! E eu acho que o futuro vai estar em linha com essa nova

prática de não expor o nosso banco público e não expor recursos que são de todos. No fundo, há que resolver os problemas gerados pela incapacidade de agentes privados que acabam por ver na Caixa uma muleta para a sua incapacidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, uma última questão: estava na Caixa quando foi definido o plano de recapitalização de 2012 que tinha uma componente de CoCo e já foi muito discutida o que significava essa opção.

Como sabemos, o plano de recapitalização que está atualmente em curso tem uma opção diferente, através de uma emissão obrigacionista para privados.

Pergunto-lhe o seguinte: conhecendo bem a opção de 2012, conhecendo bem o tipo de opção que está em causa neste momento, com a evolução dos juros da dívida pública portuguesa e, portanto, aquela que é a situação da República em termos de mercados, considera que é garantido — já tenho feito esta pergunta várias vezes ao Sr. Ministro das Finanças mas ainda não consegui obter a resposta — que o custo desta operação venha a ser inferior ao custo dos CoCo para a Caixa Geral de Depósitos?

Segundo ponto, gostaria de perguntar-lhe se há ou não uma diferença substancial entre reembolsar CoCo e pagar juros ao próprio Estado ou pagar os juros de uma emissão obrigacionista a privados, porque, do ponto de vista da consolidação, ou estou errado ou, num caso, tudo fica dentro do perímetro do Estado e, noutra caso, uma parte da operação significa — legitimamente, mas é uma opção política — lucros para privados e, portanto, sai do perímetro do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, tenho ideias firmes sobre esse ponto, mas não lhe posso dar, por uma questão egoísta. Não quero, profissionalmente... Enfim, tenho alguma *inside information* que não devo partilhar.

Mas o que lhe posso dizer, e parafraseando a jornalista da Rádio Renascença que entrevistou a Dr.^a Teodora, é que se o preço for inferior à média dos juros pagos pelos CoCo é um milagre. Não sou um católico fervoroso, portanto, digo isto com algum despreendimento.

Mas isso é, mais uma vez, o custo a pagar para se continuar com um banco público e ao «volante» desse banco.

Quanto ao segundo aspeto que referiu, é claro que os juros são pagos a entidades externas que não consolidam com o Estado português porque, em princípio, e tanto quanto sei é o que está a acontecer, vão ser colocados junto de institucionais, a maior parte dos quais nem sequer serão nacionais.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina a primeira ronda de perguntas para o CDS-PP. É a vez do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, como é a primeira vez que estou numa reunião presidida pelo Deputado Emídio Guerreiro gostaria de cumprimentá-lo, na qualidade de Presidente da Comissão, e agradecer também os contributos que o Dr. António Nogueira Leite possa dar a esta Comissão. Aliás, já ao longo desta reunião entregou diversos contributos, quer de debate conceptual, quer do ponto de vista dos factos de que tomou conhecimento.

Antes de lhe colocar alguma questão, acho que é necessário fazer um parênteses, e peço a sua compreensão, porque estivemos a presenciar um momento de tentativa de limpeza da História ou de reescrita da História, principalmente através da última intervenção do Sr. Deputado João Almeida.

Gostaria de lembrar que em nenhum momento o anterior Governo fez notar que estava a agir contra as suas próprias convicções, pelo contrário, quer na campanha eleitoral, quer durante o Governo. Aliás, o PSD e o CDS subscreveram o Memorando de Entendimento, fizeram gala de o terem subscrito, gabaram-se de terem melhorado o Memorando inicial, fizeram 12 revisões do Memorando de Entendimento, já por mão própria, e, portanto, independentemente das responsabilidades que o PS tenha na conceção do Memorando, que o PCP não alija, evidentemente, a verdade é que o PSD e o CDS se comprometeram empenhadamente.

Aliás, lembro-me bem das declarações de Passos Coelho, quando apresentou o seu programa eleitoral, que disse: «O programa de privatizações está acordado e detalhado com a troica, mas não inclui alguns setores que o PSD considera também essenciais. Não deixaremos de fora, por exemplo, os órgãos de comunicação social». Portanto, não falou em retirar nenhum, falou em acrescentar alguns. E diz adiante, numa outra frase, que se propõe também ir à educação e à saúde e entregar também esses setores a privados.

Portanto, a convicção era muito evidente, apesar de agora tentarem dizer que nunca puseram o seu nome no Memorando. Enfim, peço desculpa por este parênteses que abri, não sendo uma questão, mas quero dizer-lhe, Dr. António Nogueira Leite, que a História já mostrou, pelo menos aos comunistas e àqueles que não têm nenhuma ilusão com o capitalismo, e Marx e Lenine decifraram muito bem, que a grande burguesia nem sempre tem a sua prosperidade dependente do território em que atua. Portanto, os capitais fogem do país com grande facilidade. Já o proletariado tem a sua

prosperidade sempre dependente da prosperidade do país em que trabalha e, portanto, é patriótico por natureza, ao contrário da burguesia mais ou menos capitalizada — e a portuguesa é descapitalizada e viveu de crédito.

Mas deixe-me também dizer-lhe que a forma como aqui tentou demonizar, enfim, caracterizar os capitalistas portugueses como tentando sempre escapar com a sua parte de responsabilidade, teve o aval da banca durante anos e anos e anos. Aliás, para a banca, o facto de a burguesia nacional ser profundamente descapitalizada foi um maná, foi precisamente o que deu à banca a possibilidade de ter os tais lucros estrondosos que tinha no financiamento. Portanto, há aqui uma espécie, não de comensalismo, nem parasitismo mas, mesmo, de predação mútua. A banca também vivia de capitalizar empresas com base no crédito — não tinham capital e, portanto, substituíam o capital por crédito — e o pequeno capitalista português vivia do crédito como de capital.

Portanto, havia aqui uma espécie... Claro que isto não podia dar bom resultado e quando rebenta, rebenta nas mãos nem de um, nem de outro, infelizmente.

As principais perguntas que tenho para lhe fazer — até porque julgo que se pode dizer que esta reunião foi bastante elucidativa, até aqui, —, são, precisamente, sobre o plano de reestruturação e as opções de recapitalização que testemunhou, em 2012, diretamente.

Fomos confrontados com as duas grandes opções, por altura do Memorando da troica. Ou melhor, da parte do PCP deveríamos ter rejeitado qualquer uma dessas opções, mas do ponto de vista dos que estavam no Governo, fomos confrontados com duas opções, a do gradualismo e a do *front loading*, a de aceitar, à partida, as dificuldades do futuro. Escolheu-se a do gradualismo e foi um desastre. Da parte do PCP estamos convencidos que se tivéssemos escolhido a do *front loading* seria, igualmente, um desastre, do ponto de vista dos portugueses, apesar de, provavelmente, os

problemas da banca poderem hoje estar menos evidentes e pesarem menos sobre as preocupações atuais.

Fez-se uma recapitalização na perspectiva de gradualismo, tendo em conta que se estava a capitalizar pelos mínimos — pelos mínimos, mínimos —, sem se ter sequer preocupação da qualidade do financiamento e do *rating* da instituição, e aceitando que se estava a fazer numa perspectiva de gradualismo, utilizando os recursos que disponíveis naquela altura por não haver mais, porque lembro-me que o FMI só podia emprestar a Portugal um terço, portanto, 24 000 milhões de euros, e a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu só podiam entrar com partes iguais e, portanto, o capital não iria chegar para resolver os 56 000 milhões de imparidades que estavam na banca no ano de 2011, de acordo com o Banco de Portugal, o que nos deixa grandes reocupações também para o futuro.

A pergunta que lhe faço é se quem aposta numa perspectiva gradualista tem ou não a noção de que adiante será necessário tomar novas medidas, nomeadamente do ponto de vista da composição e do volume de capital de uma instituição?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, os próprios nunca me disseram o que pensavam. Essa foi a minha conclusão. Quem tem uma perspectiva gradualista, e desculpe o francesismo, tem de estar disponível para, *au fur et à mesure*, ir pondo ou repondo alguns desses níveis. Portanto, acho que essa foi uma consequência da opção que as instituições europeias, e depois também os decisores nacionais, acabaram por tomar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Também tiveram essas opções no privado e ainda assim o volume de injeção de capital foi superior. E também não foi um *front loading*, foi uma medida gradualista.

Mas, portanto, a perspetiva que estava a ser utilizada em tudo indicava que no futuro isso seria necessário. Portanto, na verdade a chamada «saída limpa» também quis esconder aqui as necessidades futuras de capital, o fluxo de capital que iria ser necessário no futuro.

Estou a perguntar-lhe isto porque o principal objetivo desta Comissão é compreender as necessidades de capital atuais.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Certo.

Sr. Deputado, tirei essa conclusão e foi por isso que fiz questão de ir buscar um documento feito por mim. Aliás, hão de reparar que o documento está completo e que, do ponto de vista gráfico, não parece ter sido feito por uma direção de imagem de um grande banco, portanto, foi um *PowerPoint* que, em boa parte, fui eu que fiz, pessoalmente, porque achei que devia, naquela altura, passar essa mensagem. Na verdade, prende-se com o facto, que me parecia claro, em circunstâncias que eram mais do que possíveis, eram prováveis, de que não seria possível voltar à rentabilidade com a celeridade que todos desejávamos e isso implicaria, provavelmente, em cenários mais desfavoráveis, a necessidade de recapitalização adicional. Isto é só para mostrar que não estou a dizer isto *ex post*, tinha essa convicção *ex ante*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas disse diretamente a algum membro do Governo que, pelas suas contas, seria necessário capital adiante?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, decorre da minha resposta ao Sr. Deputado João Almeida, quando hoje lhe disse que não chegava. Não quantifiquei nem era esse o meu papel. Eu tinha dois superiores hierárquicos e um colega meu, na conversa com o Sr. Ministro, mas, enfim, fui ao ponto de dizer que achava que iria ser muito problemático para nós fazer o que tínhamos a fazer com o montante que estava disponível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E alertou para o facto de futuras injeções de capital poderem despoletar uma resolução?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Na altura, em 2012, não era claro, porque o projeto da resolução bancária que está na união bancária estava ainda em discussão. O que eu achava era que a velha vontade da Comissão Europeia, nomeadamente do senhor... Esqueço-me do nome, um senhor que era de nacionalidade holandesa e que era, na altura e julgo que ainda é, o Diretor-Geral. Mas ele era uma pessoa que me parecia que tinha como um dos seus objetivos pessoais obrigar o Governo português — fosse ele qual fosse, isso para ele era indiferente — a tornar a Caixa num banco privado.

Fiquei com essa convicção, embora ele nunca mo tivesse dito. Na hierarquia das pessoas, ele falava com ministros enquanto eu reportava a ministros. Portanto, era outro nível. Mas era o que me parecia, e julgo que seria o que parecia à maior parte das pessoas, era que o principal obstáculo vinha da Direção-Geral da Concorrência e não do FMI, com certeza, nem

vinha do Banco Central Europeu com a veemência que vinha da Comissão Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, a DGComp, como se tem provado, é mais um braço dos monopólios do que um obstáculo à sua constituição. A pretexto da concorrência vai provocando precisamente a concentração da propriedade bancária.

Pergunto-lhe se se recorda do procedimento de investigação aprofundada que, imediatamente após a primeira aprovação do plano de recapitalização, foi despoletada por parte da Comissão Europeia.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Recordo-me perfeitamente.

Houve uma decisão da Caixa — por acaso não estive nessa reunião, mas tê-la-ia tomado na mesma —, e depois respondemos quando o Estado nos falou... Estamos a falar em 400 000 €. A Comissão Europeia fez uma investigação aprofundada pelo pagamento de 400 000 € a títulos de longuíssimo prazo — julgo que obrigações perpétuas, tanto quanto me lembro, porque já passaram uns anos. Aqui o problema que se punha à Caixa era que não podíamos pagar dividendos, mas também não podíamos ter um evento de *default*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas era nas ilhas Caimão, essas obrigações foram pagas nas Caimão. Já agora, se puder caracterizar o investidor...

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — O investidor era um que também teria, tanto quanto sei... Primeiro, as emissões vêm de trás, portanto, foi alguém que não a Administração a que pertenci que decidi fazer emissões com pagamentos de cupões em Caimão.

A nossa decisão foi só a de estarmos disponíveis para que esses investidores tentassem lançar um evento de crédito relativamente à Caixa, e aí, se isso acontecesse, o risco — e os burocratas de Bruxelas estão sempre muito pouco preocupados com esses riscos — seria um risco real para toda a execução do plano, porque estamos a falar de investidores institucionais — não sei quais eram em concreto, mas o que me era dito é que eram investidores institucionais —, estávamos a falar de um montante pequeníssimo, 400 000 €, nos milhares de milhões de que andamos aqui sempre a falar é, de facto, um montante pequeno, e o não pagamento de cupões a obrigacionistas, ainda que obrigacionistas perpétuos, tem, noutras circunstâncias e noutros casos, gerado eventos de crédito, e a última coisa que a Caixa poderia ter, na altura, era um evento de crédito.

Foi por isso que a Caixa decidiu pagar esse montante, o que deu origem a uma investigação aprofundada. Não conheço os detalhes, nem se terminou nem quando terminou, porque isso foi bastante depois. A única coisa que sei é que não pôs nada em causa, tanto que o que aconteceu foi que a Caixa continuou normalmente, não houve nenhuma sanção, e a Comissão Europeia desta vez, felizmente para todos nós, até deixou que se fizesse um grande aumento de capital não considerado como ajuda do Estado. Portanto, aparentemente não deixou sequelas.

O grande problema para a Caixa era se esses investidores, que imagino que sejam anglo-saxões, tivessem, em sede própria, tentado que o comité — há um comité relativamente a essa gente que funciona na Suíça, julgo eu — decretasse um evento de crédito. Isso para nós podia ser um problema muitíssimo complicado, porque nesse momento estávamos a planear — e é

isso que, já agora, era importante referir — uma emissão obrigacionista, não em Caimão, mas com investidores institucionais, que foi a primeira emissão obrigacionista feita por bancos portugueses após o resgate.

Portanto, a última coisa que queríamos que nos acontecesse era que alguém viesse despoletar a hipótese de um aumento de crédito, quando era muito importante para nós e para o financiamento da Caixa e do sistema sermos capazes de ir ao mercado e, junto de investidores profissionais, colocar obrigações. Como eu disse, fizemo-lo antes do BPI, fizemo-lo antes do BCP, fizemo-lo antes de todos esses bancos. Por isso, não podíamos correr esse risco.

Evidentemente, imagino que, para a Direção-Geral da Concorrência, isto não seja um argumento muito importante, porque, a partir do momento em que eles tomam a decisão burocrática, eles decidiram, não é? Mas às vezes é preciso correr algum risco.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, essa investigação findou com a «condenação» da Caixa a devolver esse dinheiro, a abater aos fundos próprios, e o assunto ficou considerado sanado. Portanto, na prática, a DGComp entendeu que tinha razão desde o princípio e que aquilo era uma distribuição de dividendos indevida, tendo em conta a ajuda do Estado.

Para terminar, gostava de lhe fazer uma pergunta sobre o plano de reestruturação a que agora temos acesso, o de 2012, portanto. O anterior Governo escondeu tudo isto muito bem dos portugueses, nomeadamente, não houve, por parte do Governo, qualquer explicação sobre qual era o plano de reestruturação, qual era a injeção de capital, nem sobre o porquê. Na altura, aliás, o Governo era muito pouco preocupado com essas questões para todos

os bancos, escondeu os planos de reestruturação de todos os bancos e os partidos agora pretendem escalpelizá-los até à última, quando eles estão em segredo comercial na DGComp. Mas partes do plano já foram libertadas, portanto, a DGComp vai libertando à medida que o segredo comercial deixa de ter interesse.

Olhando para o plano de capital do anterior Governo, o plano de reestruturação apresentado em 2012 à DGComp, além de já ter aqui dito que, na sua opinião, o valor representava um valor menor do que aquele que devia ter sido apresentado, há um conjunto de compromissos muito claros com prazos — com prazos! — e é uma questão material olhar para aqueles prazos e verificar que a maior parte daquelas coisas não se concretizou.

Por exemplo, uma das coisas que estão sempre a dizer que não tem problema nenhum mas que pesa no rácio de transformação da Caixa, pesa no *rating* da Caixa, é a dívida, apesar de garantida pelo Estado, gerada pelas entidades que são portadoras de património do BPN. Esta é uma dessas coisas! Era para estar resolvida até 2013, se não estou em erro, mas não está, continua, era para ter sido totalmente paga até 2013.

Só estou a falar de uma dessas coisas mas há muitas, o plano está muito pormenorizado e diz exatamente até que trimestre tem de estar concluída cada fase. Portanto, aquele plano não foi cumprido.

Além de o capital ter sido insuficiente, o próprio plano com que o Governo se compromete, que não merece simpatia nenhuma da parte do PCP mas que é um plano com que se comprometeu, também não foi cumprido.

Portanto, pergunto-lhe se, na sua experiência, entende que isso também pode ter prejuízos do ponto de vista estratégico para a instituição que foi intervencionada daquela forma, nomeadamente no plano das necessidades de capital.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, que colocou as suas questões também com a mesma tolerância da Mesa pelo compromisso de não termos segunda volta.

Para responder, tem a palavra o Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **António do Pranto Nogueira Leite**: — Sr. Deputado, espero que compreenda que eu saí da Caixa quando ainda não estava aprovado o plano total — isso foi só no primeiro semestre de 2013, tanto quanto me lembro, com os remédios e as várias negociações. Mas, sobretudo, mesmo que lá estivesse nessa altura, não estive na execução do plano, portanto, é um bocadinho melindroso eu estar a falar sobre o trabalho de pessoas que foram meus colegas.

O que lhe posso dizer é que é evidente que tudo o que seja concretização ou não concretização tem sempre um peso reputacional e, portanto, não vale a pena dizer que não tem relevância rigorosamente nenhuma. Devo dizer é que *a posteriori* sabemos que isso não impediu que houvesse uma grande recapitalização da Caixa que não fosse ajuda do Estado. Se é uma certa leniência da Direção-Geral da Concorrência relativamente à não execução do plano ou se é um mérito ainda maior do Dr. António Domingues, não me cabe a mim julgar, porque não falei com as pessoas. Mas o que é facto é que isso não pesou, tanto que a Caixa consegue fazer...

Agora, é muito importante que este plano seja integralmente cumprido, até por uma razão, Sr. Deputado: é que, se o plano não for cumprido, ao abrigo do regime de resolução da união bancária, estas obrigações altamente subordinadas passam a capital. Portanto, é aquilo que julgo que, nesta mesa, ninguém gostaria que acontecesse — eu, pelo menos, porque nunca defendi uma Caixa privada. É que, neste momento, uma Caixa privada — e já há muito tempo que me parece que assim é — é sempre uma

Caixa que vai ser estrangeira e acho que é importante Portugal ter um instrumento público no setor financeiro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Segundo a minha sensibilidade, pelo cruzamento de olhares e de perguntas, penso que não haverá segunda ronda, que nenhum dos grupos parlamentares pretende fazê-lo.

Assim sendo, dou por terminada a audição termina. Queria agradecer ao Sr. Prof. António Nogueira Leite a forma como nos prestou os esclarecimentos, penso que todos os Srs. Deputados saíram satisfeitos e obtiveram respostas às suas perguntas.

Antes de terminar a reunião, dava só nota de que, relativamente às audições que estão pendentes, estamos, juntamente com os serviços, a fazer todos os esforços para que, durante a semana que vem, possamos ter pelo menos duas. O Prof. Álvaro Nascimento está no estrangeiro, chega no dia 14 e estamos a tentar fazer esse agendamento, o que se torna mais difícil pelo facto de as pessoas não estarem cá e termos de equacionar uma alternativa. Mas, de qualquer forma, ao longo desta semana entrarei em contacto com os Srs. Coordenadores dos diferentes grupos parlamentares para dar nota de como está o processo dos agendamentos pendentes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Professor, muito obrigado e muito boa noite.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 50 minutos.

Imagens projetadas durante a intervenção inicial do Prof. Dr. António do Pranto Nogueira Leite.

Slide 1 — [voltar](#)



Contexto atual da CGD e Linhas de Atuação Urgentes na
Preparação do plano e orçamento de 2013



30 de Agosto 2012

Slide 2 — [voltar](#)

- Strictly Confidential -



Agenda

- I. As necessidades de capital da CGD e respetiva forma de financiamento
- II – Exigências e possíveis consequências de um processo de “Ajuda de Estado”
- III – Situação económica actual da CGD
- IV – Medidas / Áreas de atuação prioritária

Slide 3 — *voltar*

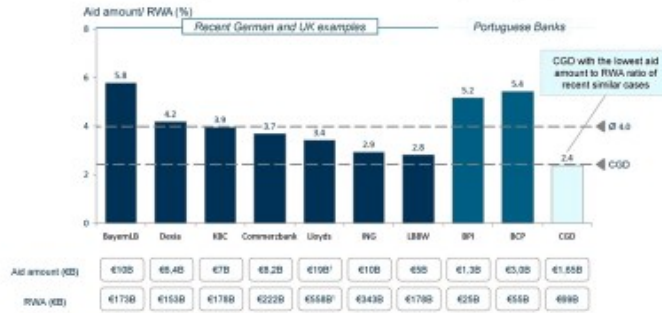
1



- Strictly Confidential -

The amount of temporary state aid is relatively small comparative to other European and Portuguese examples

Relationship between RWA and aid amount for several European aid requests



1. Considering a GDP EUR exchange rate of 3.33M as of November 2009
 Source: Public European Commission
 © 2009-2010 Investment Banking Portugal - Caixa Geral de Depósitos

2

Slide 4 — *voltar*



- Strictly Confidential -

There are, however, risks that can hinder potential progress (I)
 Interest rate reduction with considerable impact on net interest income

Relationship between interest rates and CGD's financial margin



Current CGD estimates indicate that a reduction of 50 b.ps in Euribor 6M rates impact the net interest income in ~€225M

1. Considered average rates for 2007 and 2009
 Source: CGD data analysis
 © 2009-2010 Investment Banking Portugal - Caixa Geral de Depósitos

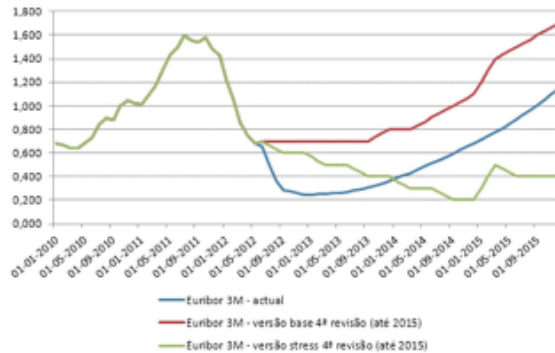
3

Slide 5 — voltar

- Strictly Confidential -



O nível atual das taxas de juro e a sua perspetiva até 2014 é pior que o cenário de stress definido pela Troika



200801200 Revolucaoing Plan-00-CaixaCGDag020114.xls

4

Slide 6 — voltar

- Strictly Confidential -



Com o atual cenário de proveitos, a CGD tem resultados de exploração negativos (sem contar com imparidade de crédito), não sendo por essa razão demonstrada a sua viabilidade

	Dez-11	Jul-12	Dez-12	Dez-13
1) MARQUEZ FINANCEIRA ALARGADA (1.1 + 1.2)	1.935.550.271	810.447.623	688.908.411	370.167.618
(1.1) Margem Financeira Líquida	858.542.913	412.786.801	548.208.982	330.880.106
Juros e Rendimentos Brutos	4.478.098.848	3.138.983.882	4.294.243.991	4.834.461.151
Juros e Encargos Financeiros	4.915.042.126	2.724.136.882	4.754.944.227	4.503.581.045
(1.2) Rendimentos de Instrumentos de Capital	215.411.357	97.660.821	138.704.947	39.287.512
2) MARQUEZ COMPLEMENTAR	863.126.888	817.085.188	826.887.180	558.818.304
Resultados de Serviços e Comissões	345.685.332	303.030.626	376.214.737	401.214.707
Rendimentos de Serviços e Comissões	442.453.801	307.526.346	488.562.510	505.562.310
Encargos com Serviços e Comissões	88.927.869	64.489.726	104.347.602	104.347.602
Resultados de Operações Financeiras	131.907.218	258.777.413	162.291.790	73.652.914
Ganhos em operações financeiras	28.835.170.192	17.828.935.088	12.878.837.024	12.697.362.383
Perdas em operações financeiras	28.963.262.873	17.865.158.176	12.717.346.134	12.623.709.469
Outros Resultados de Exploração	86.334.437	88.289.181	32.990.683	82.050.683
Out. Provenc. Regime	128.988.429	88.595.178	124.908.088	124.508.188
Out. Outros Regime	82.735.192	29.717.628	82.488.488	82.455.405
3) PRODUTO BANCÁRIO = 1 + 2	1.740.382.359	1.627.540.811	1.278.965.582	927.085.922
Costos com Pessoal	812.120.647	395.189.032	408.914.988	469.914.966
Gastos Gerais Administrativos	353.120.632	178.440.112	341.735.788	339.276.768
Amortizações do Exercício	117.456.455	55.828.622	120.920.020	120.000.000
3) RESULTADOS BRUTOS DE EXPLORAÇÃO = 3 - 4	787.705.648	628.083.667	447.815.688	-2.105.812
(3) Provisões e imparidade (3.g)	1.989.826.339	844.981.485	1.198.293.772	785.235.012
7) RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS = 3 - 6	-401.120.709	-196.897.818	411.442.994	737.340.884
(8) IMC (Outras perdas impositivas)	-238.698.102	-20.923.822	233.839.828	-203.113.420
9) RESULTADOS LÍQUIDOS = 7 - 8	-561.434.809	-48.743.666	678.768.078	534.227.464

200801200 Revolucaoing 1

5

Slide 7 — [voltar](#)

- Strictly Confidential -



Medidas / áreas de atuação prioritária

1. Aumento de ativos remunerados

- Aumentar novo crédito a empresas (novos clientes, conquista de bons clientes a concorrentes) → ver foco no pricing
- Atuar na recuperação e reestruturação de Crédito (evitar que caia em vencido e deixe de periodificar juros) → ver foco em objetivos e incentivos
- Cobrar juros sobre dívida da Parpublica relativa à venda de ações da EDP

2. Margem Financeira - Objetivo: +1pp na taxa de margem

- Crédito a Empresas
 - Definir taxas mínimas para crédito em função do benchmark de mercado
 - Melhorar taxa de sucesso das vagas de repricing em Empresas lançadas pela DMK
 - Enfoque em novos clientes com bom perfil e aplicar pricing ajustado ao risco
 - Atuar sobre pricing das Grandes Empresas
 - Incluir mecanismos automáticos de ajustamento de risco (rever cláusulas dos contratos com requisitos a cumprir [covenants])

Slide 8 — [voltar](#)

- Strictly Confidential -



Medidas / áreas de atuação prioritária

3. Margem Complementar

- Intensificar as medidas do programa Garantia de Receita
- Assegurar a cobrança de taxas e comissões a Empresas e Sector Público
- Introduzir comissões nos serviços de Banca a Distância
- Incrementar comissionamento pelo efeito volume em Trade Finance
- Rever política de isenções de cartões e TPA's
- Reforçar a indexação do comissionamento ao risco para Empresas
- Eliminar isenções em despesas de manutenção (introduzir uma comissão mínima, baixa, que terá impacto elevado pelo volume)
- Criar novas comissões

Slide 9 — voltar

- Strictly Confidential -



Medidas / áreas de atuação prioritária

5. Recuperação de Crédito e Imparidades

- Constituir carteiras de clientes com risco de crédito potencial, com acompanhamento por elementos dedicados
- Evolução mais desfavorável da economia pode agravar estimativas de imparidades de crédito, exigindo medidas proactivas de antecipação.

Slide 10

- Strictly Confidential -



Ilações finais

- A CGD para evitar uma decisão extrema por parte das instâncias europeias tem que demonstrar a viabilidade, da sua atividade doméstica, a médio e longo prazo;
- A demonstração dessa viabilidade está neste momento muito condicionada pela elevada sensibilidade da margem financeira do Banco às flutuações das taxas de juro;
- As curvas de taxa de juro apontam para níveis baixos por mais tempo que o inicialmente previsto.



- Provável reposição do pagamento dos Subsídios Férias e Natal já em 2013

Slide 11

- Strictly Confidential -



Ilações finais

- A situação de liquidez, embora mais controlada do que há um ano atrás, continua a ser estruturalmente uma condicionante à expansão do volume de ativos remunerados;
- O balanço da CGD está neste momento muito rígido, porque as características dos contratos impedem-nos de aumentar de forma significativa os juros cobrados pelo crédito (financiamento maioritariamente de médio e longo prazo) e de reduzir os juros pagos pelos depósitos (a carteira de depósitos com prazo superior a 3 anos é hoje em dia maioritária e com taxas muito elevadas);
- À pressão sobre a margem financeira e sobre os custos deve ainda ser acrescentada, pelo menos nos próximos 2 anos, a necessidade de constituição de imparidades para fazer face às perdas da carteira de crédito (os créditos vencidos deixam de gerar juros, o que representa também um fator negativo na margem...);

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.